

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**O CASO DAS PETIÇÕES *ONLINE*: A BUSCA POR “JUSTIÇA” E NOVAS
ESTRATÉGIAS PUNITIVAS**

LUIZA SANCHO VIVAS DE CASTRO

Rio de Janeiro

2021

LUIZA SANCHO VIVAS DE CASTRO

**O CASO DAS PETIÇÕES *ONLINE*: MOVIMENTOS PROGRESSISTAS E
NOVAS ESTRATÉGIAS PUNITIVAS**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Dr. José Roberto Xavier**.

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

CC355c Castro, Luiza Sancho Vivas de
O CASO DAS PETIÇÕES ONLINE: MOVIMENTOS
PROGRESSISTAS E NOVAS ESTRATÉGIAS PUNITIVAS / Luiza
Sancho Vivas de Castro. -- Rio de Janeiro, 2021.
83 f.

Orientador: José Roberto Franco Xavier.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2021.

1. petições online. 2. abaixo-assinados online.
3. demandas punitivas. 4. movimentos progressistas.
5. racionalidade penal moderna. I. Xavier, José
Roberto Franco, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

LUIZA SANCHO VIVAS DE CASTRO

**O CASO DAS PETIÇÕES *ONLINE*: MOVIMENTOS PROGRESSISTAS E
NOVAS ESTRATÉGIAS PUNITIVAS**

Monografia de final de curso, elaborada
no âmbito da graduação em Direito da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
pré-requisito para obtenção do grau de bacharel
em Direito, sob a orientação do **Professor Dr.
José Roberto Xavier**.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2021

RESUMO

A partir do interesse em compreender a aparente contradição contida na utilização de demandas punitivas feitas em nome de causas sociais consideradas progressistas, em especial as novas estratégias que surgiram no atual contexto das mídias digitais, percebemos o potencial de pesquisa contido na análise do conteúdo dos abaixo-assinados *online*. Assim, esta pesquisa se debruça sobre o conteúdo de petições *online* com pautas sociais progressistas reivindicando justiça, com o objetivo de compreender quem são aqueles que se utilizam desse instrumento, para quem o endereçam, o que pedem e como justificam seus pedidos. A metodologia empregada foi de pesquisa empírica qualitativa, com a utilização da análise de documentos como técnica. A partir dos resultados obtidos, foi possível aferir a frequente mobilização de demandas que recorrem ao aparato punitivo estatal, bem como o recorrente manejo de justificativas que remontam às teorias da pena da retribuição e da dissuasão. Com o auxílio da literatura utilizada, compreendemos que os argumentos contidos nas petições analisadas reativam e atualizam as ideias do sistema de pensamento da racionalidade penal moderna.

Palavras-chave: petições *online*; abaixo-assinados *online*; demandas punitivas; movimentos progressistas; racionalidade penal moderna.

ABSTRACT

Through the interest in comprehending the apparent contradiction contained in the request for punitive solutions made in the name of progressive social causes, especially the new strategies that emerged in the current context of digital media, we realized the research potential contained in the analysis of online petitions' contents. Thus, this research focuses on the online petitions that embraces social causes aiming to achieve justice, with the purpose to understand who are those that use this instrument, who is usually addressed, what is claimed for and what are the arguments used in their demands. The methodology used was an empirical qualitative research, based on the analysis of documents. Considering the results of the data analysis', it was possible to verify the frequent use of claims that resort to the state punitive apparatus, as well as the recurrent handling of justification that date back to the theories of punishment of retribution and deterrence. Based on the bibliography read, we could comprehend that the arguments contained in the petitions analyzed reactivate and modernize the ideas of the system of thought called modern penal rationality.

Keywords: online petitions; punitive demands; progressive movements; modern penal rationality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de petições existentes, visualizadas e selecionadas por categorias do Change.org.....	16
Tabela 2 - Petições com maior adesão.....	23
Tabela 3 - Petições com menor adesão.....	26
Tabela 4 - Petições por movimento social.....	28
Tabela 5 - Autor da petição.....	29
Tabela 6 - Relação do peticionário com a causa ou com a vítima.....	29
Tabela 7 - Classificação das categorias de destinatários.....	35
Tabela 8 - Petições por bloco de destinatário demandado.....	37
Tabela 9 - Categorias de pedidos encontrados nas petições.....	42
Tabela 10 - Classificação dos pedidos de responsabilização específica.....	46
Tabela 11 - Classificação dos pedidos de transformação social.....	46
Tabela 12 - Contabilização dos pedidos de responsabilização específica.....	47
Tabela 13 - Contabilização dos pedidos de transformação social.....	47
Tabela 14 - Pedidos mais demandados.....	51
Tabela 15 - Ordens das justificativas.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	13
3. O CASO DAS PETIÇÕES ONLINE.....	20
3.1. Da dificuldade da análise dos dados.....	20
3.2. Sobre a adesão.....	22
3.3. Quem pede?.....	28
3.4. A quem se pede?	34
3.5. O que se pede?	41
3.6 Por que se pede?.....	52
4. A REATIVAÇÃO DA RACIONALIDADE PENAL MODERNA E AS PETIÇÕES ONLINE	59
5. CONCLUSÃO	68
6. BIBLIOGRAFIA.....	71
ANEXO I - LISTA DE PETIÇÕES ANALISADAS	73

1. INTRODUÇÃO

O sistema punitivo estatal sempre foi objeto de muitas críticas. Ainda que se defenda a sua utilização por diversos motivos, há de se reconhecer todo o mal que o direito penal causa àqueles que têm sua vida tocada por ele, e inclusive todo o mal que é causado à própria sociedade devido à sua existência. Discute-se se o sistema criminal seria ineficiente por si só, cumprindo exatamente a função escusa para a qual teria sido desenhado, ou se, na verdade, ele deveria ser aprimorado, por meio de diversas reformas, para, assim, se tornar finalmente adequado aos fins para os quais foi pensado.

Esta finalidade é, também, objeto de diversas teorias: se seria meramente retributiva, preventiva, de tratamento ou uma mistura das mencionadas funções. De toda forma, ao menos no contexto brasileiro, ainda não verificamos o sistema criminal como um sistema justo e eficiente – pelo contrário, ele não parece alcançar as funções para as quais foi criado, e é notadamente considerado um sistema violador de direitos. Nesse sentido, destaca-se que sistema penitenciário brasileiro é considerado pelas Nações Unidas como “cruel, degradante e desumano” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Feitas essas considerações, diversos grupos, ao longo da história, têm recorrido ao Estado com suas demandas punitivas, seja pedindo criminalização de condutas, seja reivindicando penas mais severas para aquilo que lhes coloca problemas. A reivindicação de mobilização do direito penal como estratégia de luta ou forma de concretizar determinadas pautas ideológicas não é exatamente uma novidade. Ao longo do século passado, a literatura criminológica descreveu alguns casos notórios em que grupos conservadores demandavam a mobilização do direito penal para responder a comportamentos considerados problemáticos, como o consumo de bebida alcoólica, o aborto, o uso de maconha, a violência entre jovens etc. Essa literatura criminológica, oriunda de pesquisas lá dos anos 1960, vai tratar algumas dessas demandas como fruto de pânico moral, conforme apontado e desenvolvido por Cohen (1972), ou como um “empreendedorismo moral”, como exposto por Becker (2008). Tais conceitos serão explicados e melhor desenvolvidos mais à frente.

Assim, tendo relacionado por tanto tempo que são os grupos conservadores que usualmente militam por um incremento punitivo estatal, causou certo espanto perceber que

diversos movimentos progressistas vêm se utilizando de estratégias de luta por direitos que compreendem a instrumentalização do direito penal. Isso se deu a partir de movimentos para criação de novos tipos penais, de criminalização de determinadas condutas, de aumento de pena ou por meio da inclusão de figuras jurídicas que classifiquem uma conduta como mais reprovável criminalmente. Há alguns exemplos recentes nesse sentido: a criminalização da homofobia, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal¹ (BRASIL, 2019); o advento da Lei Maria da Penha, que veda a utilização de institutos descriminalizadores e a competência dos Juizados Especiais Criminais nos crimes de violência doméstica² (BRASIL, 2006); a incorporação do termo “feminicídio” ao ordenamento penal brasileiro a partir da criação de uma qualificadora específica³ (BRASIL, 2015); o advento da Lei Sansão (Lei nº 14.064/2020), que aumenta as penas de maus-tratos contra cachorros e gatos⁴ (BRASIL, 2020) etc.

No entanto, verifica-se uma contradição na utilização do aparato punitivo estatal por parte de movimentos progressistas. Sendo tais grupos defensores, no limite, dos direitos humanos, não veem uma contradição em mobilizar um instrumento – o direito penal – notoriamente violador de direitos humanos para a proteção dos direitos que são caros a esses movimentos? Para defender determinados direitos, então, admite-se a utilização de um sistema criticado por esses mesmos movimentos, por sua seletividade e violência na ofensa de direitos? Sua utilização, portanto, não consistiria em uma forma de legitimação do direito penal?

¹ Conforme decidido no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, bem como do Mandado de Injunção nº 4733, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a omissão legislativa do Congresso Nacional ao não editar lei incriminadora de atos de preconceito contra grupos LGBT. Como providência, a maioria dos ministros votou pelo enquadramento desses atos de preconceito no tipo penal disposto na Lei 7.716/1989, relativo ao crime de racismo, até que o Legislativo edite a respectiva lei.

² Consoante o art. 41 da Lei 11.340/2006, que assim dispõe “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”. A Lei 9.099/1995 prevê os Juizados Especiais Criminais, bem como medidas despenalizadoras, como a transação penal e a suspensão condicional da pena.

³ Feminicídio é o homicídio de mulheres realizado em razão do gênero. Foi incorporado por meio da Lei 13.104/2015, que adicionou no art. 121 do Código Penal, que tipifica os crimes de homicídio, o inciso IV no §2º, “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, assim como o §2º-A, que dispõe que “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.”, dentre outras alterações. Com isso, adicionou e estabeleceu critérios para uma nova qualificadora para o crime de homicídio. Há todo um contexto histórico em torno do conceito de “feminicídio”, bem como diversos debates e críticas ao termo.

⁴ Esta lei será mencionada neste trabalho em alguns momentos, eis que foi um pedido frequentemente realizado nas petições relativas à causa animal. Trata-se da Lei 14.064/2020, que adicionou ao art. 32 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1988) a seguinte disposição: “§1º-A. Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda”. Com isso, aumentou a pena para ações de maus-tratos contra cães e gatos e retirou a competência dos Juizados Especiais, além de possibilitar que o regime de cumprimento de pena a ser aplicado não seja necessariamente o aberto.

Além da mobilização do direito penal como estratégia de concretização de direitos, ao longo das últimas décadas tem sido possível observar a utilização, por parte de indivíduos e movimentos progressistas, de novas estratégias punitivas que se colocam à parte do aparato punitivo estatal. Poderia esse recurso ser creditado à frustração desses grupos com a ausência de resposta ou com uma resposta tida como insuficiente por parte do direito estatal diante das injustiças sociais existentes? Seria, portanto, uma forma de compensar a ineficiência do direito criminal em punir devidamente aqueles que agem em dissonância com os direitos que tais grupos pretendem promover? Seriam estratégias que teriam surgido como uma alternativa de resposta social para atos que não são mais admitidos em sociedade, quase como se cumprisse uma função “educadora”, mas que ainda não foram abarcados pelo direito penal?

Podemos apontar como o principal exemplo dessa nova estratégia punitiva a exposição pública de uma transgressão, tida como inaceitável, e de seu suposto responsável. Há formas diversas em que a respectiva exposição pode se dar, como o linchamento virtual, os *public shamings*, o cancelamento... Há, inclusive, certa dificuldade em definir e distinguir os respectivos termos. De todo modo, percebe-se que os movimentos progressistas endossam com frequência no espaço público uma lógica punitivista na luta por seus direitos: seja na frente legalista ou jurídica, reivindicando um incremento do direito penal por meio da criação de novos crimes ou de leis que aumentem a pena para tipos penais já existentes, seja por meio de medidas punitivas alternativas, que se constituem em sanções não estatais, empregadas sem o devido processo legal, considerado como meio legítimo na busca por justiça.

Nesse sentido, o grupo de pesquisa do qual participo busca se debruçar sobre a atuação desses movimentos progressistas no que se refere à utilização de estratégias punitivas – seja no âmbito estatal, seja à parte dele. A orientação punitivista sempre foi vista como uma característica de movimentos conservadores, e nas últimas décadas observamos grupos tidos como de esquerda recorrerem a essas formas de luta. Assim, muito nos interessa compreender como que se dão tais demandas de justiça e qual o caminho argumentativo que os leva a legitimar o emprego de tais estratégias: como eles entendem o aparato punitivo estatal e o direito penal? Como concebem sua utilização para concretização de suas pautas, mesmo diante de toda a injustiça percebida no sistema criminal? O que os fazem partir para estratégias diversas, como o linchamento virtual ou o *public shaming*? A utilização das referidas novas estratégias punitivas seriam uma forma de compensar a decepção com o sistema criminal? De

maneira mais ampla, o intuito é identificar as estratégias de luta pela promoção de direitos desses grupos e estabelecer sua relação com o sistema de direito criminal e demais estratégias punitivas.

A exposição pública, que se dá por meio de linchamentos virtuais, *public shamings* ou cancelamentos, sendo esses termos ainda dotados de muita imprecisão, está imersa, no mundo contemporâneo, em uma nova lógica de comunicação social e virtual. A maior parte dessas ações, apesar do enorme impacto na vida real dos atingidos, se dá por meio da *internet*, e principalmente por intermédio das redes sociais. Assim, uma investigação da atuação de grupos feministas, movimentos pelos direitos LGBT, militantes organizados pela causa antirracista e pelos atuantes pelos direitos dos animais deve, necessariamente, passar por uma análise de seus comportamentos nesses ambientes virtuais.

Assim sendo, tendo o grupo de pesquisa diversas frentes e abordagens diferentes, coube a mim o monitoramento e investigação da atuação de diferentes grupos progressistas ligados às causas acima mencionadas, com o fim de perceber se havia demandas punitivas e, havendo, como tais demandas se concretizavam a partir de discursos progressistas. Inicialmente, selecionei determinados grupos, coletivos e movimentos organizados, inclusive uma liderança individual, e investiguei suas postagens e sua atuação em suas respectivas páginas do Facebook e do Instagram. A ideia era pesquisar, também, no Twitter, um dos meios em que a “cultura do cancelamento” é mais disseminada, mas enfrentei dificuldades metodológicas por conta da própria operacionalidade da rede social em questão: são muitos *tweets* simultâneos, e é difícil pesquisar um fenômeno pretérito compreendendo como de fato foram as manifestações à época do ocorrido diante de tantos novos *tweets*. Mesmo em redes como Facebook e Instagram, a pesquisa empírica se torna dificultada pela quantidade de ruído e novos posts a cada dia – a facilidade de produção de conteúdo na internet parece constituir um obstáculo à consolidação de material empírico.

Enquanto fazia esse trabalho de mapeamento de possível material empírico, deparei-me com uma lista de petições online com o fim de apoiar a causa “#vidasnegrasimportam”. Tratava-se de um *link* que direcionava o visitante para um punhado de abaixo-assinados na plataforma Change.org relacionados com a causa antirracista. Na referida lista, havia petições como “Justiça para Josué”, “Justiça por Miguel”, “Prisão IMEDIATA para o racista que

humilhou entregador em Valinhos, SP”, “Pela demissão e prisão dos policiais militares que agrediram uma mulher em Parelheiros, SP”⁵, dentre outras manifestações com conotação francamente punitiva. Assim, adentramos um campo fértil para a análise das demandas realizadas por movimentos progressistas ou pessoas que se consideram como parte desses grupos progressistas: a análise das informações, abarcando principalmente pedidos e justificativas, que instruem tais petições. Direccionamos, portanto, coleta de material empírico a partir das manifestações encontradas nesses abaixo-assinados com demandas por justiça e conotações punitivas, e que pudessem ser relacionados, de alguma forma, com movimentos progressistas.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho de conclusão de curso é compreender o que são as recorrentes demandas por justiça dispostas nas petições *online*, entender em que medida movimentos progressistas ou pessoas empáticas a estes recorrem a demandas punitivas – estatais ou não – como instrumento de luta, identificar quais pedidos são mais recorrentes e quais argumentos embasam tais pedidos e, por fim, entender quem são aqueles que recorrem aos abaixo-assinados online e para quem direccionam suas demandas.

Cabe uma ressalva no que se refere ao termo “movimentos progressistas”, certamente dotado de equivocidade: aqui, considero-os como contrapontos aos movimentos conservadores ou de direita, como movimentos que lutam pelos direitos de classes historicamente e/ou socialmente oprimidas, e em geral grupos que estão em consonância com os direitos humanos. No presente trabalho, analisarei, majoritariamente, a atuação dos seguintes grandes movimentos progressistas: movimento feminista (ou pelos direitos das mulheres), movimento antirracista (ou movimento negro), movimento pelos direitos LGBT (ou contra homofobia, transfobia, lesbofobia e demais opressões devido à orientação sexual ou identidade de gênero) e o movimento pelos direitos dos animais. Com exceção do último, todos são movimentos que são abarcados diretamente pela ideologia da defesa dos direitos humanos.

A metodologia empregada foi a de pesquisa empírica qualitativa, por meio da análise de documentos, quais sejam as petições online e abaixo-assinados disponíveis na plataforma do site Change.org. Explicarei mais à frente como se deu a coleta e consolidação do material

⁵ Todas as petições examinadas nesta pesquisa estão dispostas no Anexo I, ao final deste trabalho, acompanhadas dos seus respectivos *links* de acesso.

empírico, bem como as dificuldades metodológicas e todo o procedimento de pesquisa e de seleção do que constituiu o material final a ser analisado. Além do material empírico já explanado, será utilizada a literatura acerca de pânicos morais, empreendedorismo moral e racionalidade penal moderna, com foco no último quadro teórico, para dar conta do fenômeno das petições *online*.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Definido o objeto e a metodologia, parti para a coleta das petições *online* que fossem adequadas ao objetivo proposto e assim compor o material empírico final de análise. Inicialmente, a ideia era coletar abaixo-assinados nas plataformas virtuais mais conhecidas para esse fim: Avaaz, Change.org, Petição Pública e E-Cidadania⁶. Como primeiro passo, busquei petições no Change.org, eis que foi a primeira plataforma que encontrei a partir da pesquisa em redes sociais de grupos progressistas, conforme já explicado. Na referida plataforma, percebi uma característica que a distinguiu do Avaaz: é possível buscar abaixo-assinados a partir de determinadas categorias, como “direitos das mulheres”, “direitos LGBT”, “#vidasnegrasimportam”, o que não era possível na plataforma do Avaaz. Essa característica impactou na dificuldade de procurar petições na respectiva plataforma, não sendo possível fazer a seleção pretendida nesta pesquisa. Por conta desses motivos operacionais, descartamos a pesquisa no Avaaz.

Além disso, à medida que fui avançando na seleção e na coleta de petições no Change.org por meio das categorias de interesse, tendo em vista o foco nos movimentos progressistas, dei-me conta de que, devido às limitações de tempo e da própria pesquisa, seria difícil exaurir as petições do próprio Change.org. Assim, defini que o escopo da coleta seria constituído pelas petições da referida plataforma, deixando como possibilidade para pesquisas posteriores a análise das petições contidas nos sites remanescentes.

Definida a plataforma na qual esta pesquisa se debruçaria, resta explicar quais os critérios utilizados para selecionar as petições na primeira análise empreendida: o intuito era catalogar quaisquer petições que contivessem demandas por responsabilização ou com qualquer conotação punitiva, vindas de movimentos progressistas ou pessoas que se identificassem com pautas correlatas. Assim, compreenderíamos demandas punitivas mais gerais, ou mais relacionadas com procedimentos administrativos, mas também abarcaríamos as amplas demandas por “justiça” contidas em diversos abaixo-assinados do Change.org.

⁶ Disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: < <https://secure.avaaz.org/page/po/>>, <<https://www.change.org/>>, <<https://peticaopublica.com.br/default.aspx>> e <<https://www12.senado.leg.br/ecidadania>>.

As categorias analisadas na presente pesquisa foram as seguintes, ordenadas a partir do primeiro contato e início de seleção de abaixo-assinados: a) “#vidasnegrasimportam”⁷, que foi a primeira categoria analisada e continha 142 petições no dia 08/02/2021⁸; b) “Direitos das mulheres”⁹ possuía 365 petições listadas; c) “Direitos lgbt”¹⁰ detinha 113 abaixo-assinados na categoria; d) “Animais”¹¹ reunia 1.164 petições no dia 02/03/2021¹² e; e) “Direitos humanos”¹³ contava com 3.315 abaixo-assinados.

Cabe fazer algumas ressalvas e comentários acerca dessa primeira leitura e análise de petições no Change.org e das respectivas categorias contidas na plataforma:

1) Não foi possível exaurir toda a listagem de petições contida em cada uma das categorias mencionadas acima. Foram dois os motivos para tanto: em primeiro lugar, como é possível verificar, algumas categorias, tais como “Direitos Humanos” e “Animais”, continham um número muito alto de abaixo-assinados, havendo uma limitação de tempo para concluir a consolidação do material empírico a ser efetivamente analisado para a presente pesquisa; além disso, mesmo em categorias menores, como “Direito das mulheres”, não foi possível esgotar as petições disponíveis por questões operacionais do próprio site do Change.org. Infelizmente, a listagem não foi desenhada a partir de páginas numeradas, mas sim uma listagem “infinita”, em que ao apertar no botão “Ver mais”, surgiam mais quatro petições. No entanto, ao apertar repetidas vezes, por vezes o site não permitia que o visitante continuasse visualizando as petições seguintes - foi possível aferir que não se tratava do fim da respectiva categoria, pois em momentos anteriores de pesquisa na mesma página já havia sido possível ir mais longe e ver abaixo-assinados mais antigos. Essa “trava” operacional do site atrapalhou a coleta do material empírico, pois parecia aleatória.

2) Do número total de 5.099 petições existentes nas categorias escolhidas, foi possível visualizar e ler 1.645 abaixo-assinados, o que configura uma amostra de pouco mais de 30% (exatamente 32,26%) do total. Considerando as limitações operacionais que se impuseram,

⁷ Disponível em: <<https://vidasnegrasimportam.changebrasil.org/>>.

⁸ Último dia de coleta de petições na referida categoria. Isso vale para as categorias seguintes.

⁹ Disponível em: <<https://www.change.org/t/direitos-das-mulheres-pt-br>>.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.change.org/t/direitos-lgbt-pt-br>>.

¹¹ Disponível em: <<https://www.change.org/t/animais>>.

¹² Por intercorrências metodológicas, o dia de contagem final desta categoria e da subsequente foi menos de um mês após a contagem das categorias anteriores, mas a variação não foi significativa, se considerada a variação das outras categorias neste período.

¹³ Disponível em: <<https://www.change.org/t/direitos-humanos>>.

conforme explicado no item anterior, e as restrições de tempo da presente pesquisa, considero que se trata de uma amostra satisfatória e representativa, ainda que passível de ser aprimorada.

3) Alguns foram os motivos para a visualização não ter sido proporcional em relação a cada movimento social escolhido: primeiramente, a “trava” operacional do site, explicada no primeiro item, dificultou que exauríssemos as categorias menores, mais passíveis de uma visualização completa. A partir daí, priorizamos explicar as dificuldades metodológicas e suprir essa intercorrência pela quantidade, olhando a maior quantidade de petições que fosse possível em termos de tempo e de operacionalidade da plataforma Change.org. Além disso, a própria forma de visualização do Change.org dificultava uma coleta proporcional, diante da enormidade de determinadas categorias e da quantidade de “petições-ruído”¹⁴ encontradas em algumas, como na rubrica de “Direitos humanos” e “Animais” – categorias em que obtivemos uma menor porcentagem de petições visualizadas. Percebemos, também, que algumas categorias se sobrepõem, havendo petições que se repetem em diferentes categorias, principalmente na classe de “Direitos humanos”, mas não exclusivamente (ocorreu, também, entre as *tags* relativas aos direitos LGBT e ao movimento antirracista). Por conta deste último motivo e da dificuldade de separação por categorias na última filtragem das petições selecionadas, a ser explicada adiante, a seleção por categorias da própria plataforma se encerrou no primeiro filtro realizado.

Feitos os esclarecimentos acima, dos números totais das categorias relativas aos grupos de interesse desta pesquisa, em uma primeira leitura foi possível visualizar a totalidade das petições contidas nas categorias “#vidasnegrasimportam” e “Direitos lgbt”, devido à menor quantidade de abaixo-assinados disponíveis. Quanto à categoria “Direitos das mulheres”, chegamos perto de completar a visualização, mas pelos motivos expostos não foi possível, e visualizamos 351 petições. Nas *tags* relativas aos direitos dos animais e direitos humanos, por conta da enorme quantidade de abaixo-assinados listados nas referidas categorias, visualizamos, respectivamente, 597 e 442 petições.

¹⁴ Não há qualquer entrave estabelecido pela plataforma para a criação de uma petição online. No início desta pesquisa, realizei o exercício de tentar criar um abaixo-assinado e constatei que não há uma análise de conteúdo por parte da plataforma para impedir a criação de petições irrelevantes, com informações imprecisas ou incorretas, com temas repetidos ou até mesmo com o fim de fazer piadas. Ao final das etapas para a elaboração de uma petição, ela estará automaticamente *online* e fará parte de uma das categorias escolhidas pelo peticionário. Não há, também, qualquer controle de quais abaixo-assinados vão para cada categoria – a escolha é do peticionário, mesmo que não seja adequada.

Categorias ou movimento social	Universo possível	Visualizadas	Selecionadas inicialmente
Antirracista	142	142	34
Feminista	365	351	58
LGBT	113	113	6
Causa animal	1164	597	109
Direitos Humanos	3315	442	70
TOTAL	5099	1645	277

Tabela 1 - Número de petições existentes, visualizadas e selecionadas por categorias do Change.org

Começamos com um filtro mais amplo, já explicado anteriormente, a definir ainda os critérios finais de seleção do material empírico a ser efetivamente analisado. A diferença entre os abaixo-assinados visualizados e os selecionados nesse primeiro momento se deu por conta da quantidade de petições que não passaram no filtro inicial, mas também devido ao recorrente aparecimento de petições mais declaratórias do que postulatórias, bem como de abaixo-assinados irrelevantes¹⁵. Com um total de 277 petições superficialmente analisadas, estabelecemos os seguintes critérios de inclusão e/ou exclusão para compor o material final para a análise de documentos:

i) por motivos meramente operacionais, a petição deveria ser escrita em língua portuguesa – ou, ao menos, ter também texto traduzido para o português, eis que há abaixo-assinados com textos em mais de uma língua;

ii) com o fim de analisar petições com significativa adesão, abaixo-assinados com menos de cem assinaturas seriam excluídos do filtro final;

iii) a petição deve ser relativa ao contexto brasileiro, ou seja, situações e demandas que possam ser alteradas ou modificadas em território nacional ou que tenham significativo impacto no contexto nacional;

iv) os abaixo-assinados selecionados devem ser endereçados a instituições ou agentes públicos brasileiras, ou então a instituições privadas (com atuação no Brasil) ou pessoas que as representem; e

¹⁵ Abaixo-assinados com situações pessoais de pouca relevância para pesquisa ou com pedidos tolos, muitos com o intuito de fazer humor.

v) a petição deve ser dotada de um mínimo de plausibilidade ou coerência no texto que a instrui, indicando que a situação relatada é verdadeira e coerente.

Assim, a partir do exercício de aplicação desses critérios às petições inicialmente selecionadas, chegamos ao número final de 145 abaixo-assinados a serem analisados com o fim de compreender a complexidade das demandas por justiça realizadas em um contexto de causas progressistas.

Consolidado o material empírico, restou definir exatamente quais seriam os parâmetros de análise em cada petição. Em outras palavras, o que buscaríamos em cada petição, o que gostaríamos de compreender e catalogar em cada um dos textos que instruem os abaixo-assinados selecionados. Os parâmetros definidos foram os seguintes: a) data de criação da petição; b) data de sua visualização; c) número de assinaturas na data da visualização; d) o movimento social relacionado com a causa; e) “a quem se destina”, ou seja, para quem são endereçados os abaixo-assinados; f) “quem demanda?”, isto é, quem criou a petição; g) qual a relação entre quem criou o abaixo-assinado e a causa ou a vítima; h) qual o pedido realizado na petição; i) qual o tipo de pedido – aqui, a classificação será feita após a análise das petições, como forma de categorizar as possibilidades das demandas realizadas; j) qual a justificativa ou argumento para embasar o pedido feito; k) qual a ordem ou categoria dessa justificativa – o esforço de classificação, nesse caso, está sendo feito desde o início da análise, com posterior revisão de determinadas categorias durante a consolidação dos resultados. Por fim, adicionei na tabela uma coluna para anotar eventuais peculiaridades que me chamaram a atenção em uma ou outra petição – não é um critério de avaliação obrigatório, mas é uma forma de anotar e ter controle de alguns fenômenos específicos de determinadas petições.

Assim, podemos tentar compreender os seguintes elementos desse fenômeno de criação das petições *online*: a) Quem são aqueles que escrevem tais petições? São pessoas físicas, pessoas jurídicas constituídas, grupos informais ou organizações de movimentos sociais? Qual a relação entre os peticionários e a causa ou motivo para a elaboração da petição? b) Para quem endereçam suas demandas? Para entes públicos ou privados? Se para entes públicos, o fazem para entes do Judiciário, do Legislativo ou do Executivo? 3) O que pedem? O que percebem como “justiça”? Qual a relação dos seus pedidos com o aparato punitivo estatal? Qual a relação

do seu pedido com as novas estratégias punitivas que emergem com o advento da internet e das redes sociais? Há pedidos com providências não punitivas? Como podemos classificar tais pedidos e providências? 4) Quais são os argumentos que embasam seus pedidos? Como justificam suas demandas? Quais discursos legitimam eventuais demandas punitivas? Qual a ordem dessas justificativas? Como podemos classificar esses argumentos?

Como forma de auxiliar a análise de todas essas informações, para uma parte dos parâmetros já mencionados, observei que era possível classificar em categorias específicas, ressalvadas as dificuldades na simplificação de toda a complexidade dessas demandas em meras categorias teóricas. Foi possível criar grupos ou classificações de respostas para os parâmetros relativos ao movimento social relacionado com a demanda, a quem cria as petições, qual a relação entre o peticionário e a causa ou demanda, o tipo de pedido e a ordem da justificativa contida na petição¹⁶.

Quanto aos peticionários, criei as categorias de pessoas físicas, pessoas físicas vítimas diretas e anônimos. Quanto às organizações, coloquei o nome de cada uma na coluna correspondente, com o fim de verificar se existiam movimentos específicos com expressiva atuação na elaboração de petições.

No que se refere à relação que aqueles que criam as petições têm com a causa-objeto do abaixo-assinado, as classificações observadas foram as seguintes: a) "Não é explicada, parece ser de empatia"; b) "Grupo ou movimento organizado relacionado à pauta"; c) "Abarcada pela causa, inclui-se no grupo protegido pelo movimento social", ou seja, pessoas que se identificam, explícita ou implicitamente, como destinatárias de uma demanda concreta requerida por conta de determinada opressão sofrida de forma difusa/coletiva.; d) "Ativista da causa", relativa a pessoas que se identificaram explicitamente como ativistas, militantes ou protetores da causa em questão; e) "Aluno ou membro da instituição demandada"; f) "Organização grupo ou movimento criado em decorrência do acontecimento"; g) "Sofreu diretamente com a causa pela qual pretende mudar com o abaixo-assinado e tornou-se ativista"; h) "Sofreu diretamente com a causa pela qual pretende mudar com o abaixo-assinado"; i) "Familiar, amigo ou pessoa próxima da vítima"; j) "Não é explicada, parece ser aluno/a da instituição" e; k) "Grupo ou organização não relacionada com a causa". Fiz esclarecimentos apenas quanto a algumas das

¹⁶ Essas últimas categorizações foram aperfeiçoadas durante a consolidação dos resultados da pesquisa.

classificações mencionadas pois algumas possuem nomes autoexplicativos, e porque outras serão analisadas mais profundamente no capítulo de exposição dos resultados da pesquisa.

Por fim, a coleta das petições se deu a partir de arquivos *.pdf* da página de cada petição no Change.org, armazenadas na nuvem e organizadas em pastas, de forma a manter registro de cada etapa de seleção e leitura, possibilitando que todos os membros do grupo de pesquisa tivessem acesso ao trabalho realizado. A análise dos abaixo-assinados a partir dos parâmetros e classificações criadas se deu por meio de tabelas no Excel, que possibilitou uma melhor visualização, sistematização e contagem dos dados extraídos da leitura das petições.

3. O CASO DAS PETIÇÕES ONLINE

3.1. Da dificuldade da análise dos dados

Antes de adentrar a explanação dos resultados propriamente ditos da pesquisa empírica, é importante mencionar algumas das dificuldades que enfrentei durante a seleção e leitura dos abaixo-assinados, o que por si só já pode ser considerado uma forma de resultado de pesquisa.

De início, destaco a dificuldade relativa à interpretação dos textos que instruíam as petições, especialmente no que se refere à necessidade de compreender qual exatamente era a demanda ou o pedido, e qual a relação dessa demanda com o texto apresentado e as respectivas justificativas – se é que podemos dizer que alguns textos continham justificativas. Isso porque uma parcela considerável dos abaixo-assinados não apresentava um texto coerente, e muitas vezes com tantos erros gramaticais e de coesão que dificultavam a interpretação e extração das informações necessárias à análise aqui proposta.

Nesse sentido, houve também o obstáculo relativo à falta de clareza sobre o pedido em si – muitas petições não continham um pedido claro, determinado, concretizado em uma demanda que fosse possível traduzir em atos concretos por parte daqueles demandados. Parte dos abaixo-assinados fazia pedidos vagos, principalmente traduzidos em pedidos por “justiça” ou contra a impunidade. Desses, diversos dos textos detinham toda uma descrição da questão a ser resolvida, e no final somente um clamor por justiça, e/ou uma declaração de que essas condutas não seriam mais aceitas, e/ou que as autoridades deveriam agir – sem a indicação de medida a ser adotada – para acabar com determinada situação. Como exemplo, é possível citar a petição “Justiça pela senhora que foi estuprada e esfaqueada em João Pessoa”¹⁷.

Ainda nessa perspectiva, a enorme variedade de demandas também me impôs obstáculos: a “justiça” ou o combate à impunidade, tão buscado por parte daqueles que escrevem tais petições, poderia ser traduzido desde medidas de incremento da legislação penal até o mero pedido de criação de botões de denúncia em redes sociais, passando por demandas conciliatórias, como de implementação de medidas de conscientização. Por conta desses pedidos tão díspares, que muitas vezes eram pouco claros em suas formulações, deparei-me

¹⁷ Para consulta ao endereço eletrônico da petição, vide Anexo I.

com grande dificuldade de organização e classificação das demandas realizadas, o que é basicamente um dos pontos centrais deste trabalho. Essa dificuldade era incrementada pelo endereçamento realizado nos abaixo-assinados – alguns eram direcionados para autoridade que por vezes não poderia (ou, ao menos, não poderia sozinha) atender à demanda proposta, enquanto outras eram direcionadas para diversas instituições, entidades, órgãos ou indivíduos, quase como que uma tentativa de endereçar a qualquer autoridade que pudesse ser pressionada para satisfazer a referida causa.

Quanto à forma das petições, não havia nenhum padrão para a explanação do problema a ser enfrentado ou do caso que ensejou a criação do abaixo-assinado. Alguns eram organizados quase como petições jurídicas, outros como texto corrido, semelhantes a uma carta, outros adotavam a forma de nota de repúdio. Uma parcela considerável inseria *links* para notícias em portais na internet ou replicava parte da reportagem (ou até mesmo a reportagem em seu inteiro teor) como forma de justificar a demanda realizada. Os pedidos, muitas vezes, ficavam espalhados ao longo do texto, escritos de forma a não aceitar mais determinadas condutas, mas não de modo postulatório, ao final da argumentação realizada, de forma organizada. Essa heterogeneidade também dificultou a sistematização das demandas e das argumentações que as sustentavam.

Além das dificuldades mais metodológicas de análise, a leitura excessiva das petições se apresentou também como um obstáculo emocional. Tendo em vista que os abaixo-assinados selecionados eram aqueles relativos a movimentos progressistas, tais como movimento feminista, antirracista, LGBT e pelos direitos dos animais, é possível imaginar a quantidade de casos trágicos existentes no Brasil afora e quantos deles ensejam petições postulatórias, que foram exatamente as selecionadas para a presente análise. Portanto, passar horas e horas lendo casos de desaparecimentos de jovens negros, feminicídios, homicídios motivados por LGBTfobia ou episódios bárbaros de maus-tratos de animais, dentre outras tragédias, se impôs como uma tarefa demandante no aspecto emocional, especialmente porque me identifico com muitas das pautas defendidas pelos respectivos movimentos.

Apesar da minha identificação pessoal com as causas presentes nas petições, como mulher feminista e empática a todos os movimentos estudados, não pude deixar de ser afetada pela carga moralista, especialmente no que se refere à resposta demandada pelos peticionários,

que muitas vezes me pareceu excessivamente punitiva. Ainda que os valores defendidos nessas petições sejam semelhantes aos meus, e, portanto, não representou nenhum incômodo maior ler defesas nesse sentido, a defesa de punições irrestritas me incomodou, especialmente por minhas opiniões pessoais acerca do sistema punitivo estatal e do punitivismo da sociedade. Em determinadas petições, parecia que nenhuma punição seria suficiente, como a “Prisão sem fiança e sem progressão para feminicídio”, que pede uma infinidade de providências irrestritamente punitivas. Destaco, também, que alguns abaixo-assinados continham justificativas baseadas em informações inverídicas ou imprecisas, como “Remoção do cargo de juiz de Rudson Marcos que emitiu um veredicto de estupro culposo”.

Ainda assim, com o material final de 145 abaixo-assinados, tenho que foi possível realizar uma análise satisfatória do fenômeno das petições *online*, e abaixo exponho os resultados da minha pesquisa.

3.2. Sobre a adesão

Um aspecto interessante a ser observado nos abaixo-assinados *online* é a quantidade de assinaturas que tais instrumentos possuem, ou seja, a adesão das pessoas às iniciativas e causas propostas nas petições. De início, cabe ressaltar que há grande heterogeneidade quanto à quantidade de assinaturas que as petições aqui analisadas possuem: um dos critérios de exclusão para a seleção final do material empírico foi de que o abaixo-assinado contivesse ao menos cem assinaturas, e as dez petições com a menor quantidade de signatários não possuem mais de duzentas assinaturas. Enquanto isso, as quatro petições com maior adesão, dentre todas as analisadas, contêm mais de dois milhões de assinaturas cada. Assim, é possível introduzir a variedade e complexidade que envolve a quantidade de pessoas que aderem a cada um desses abaixo-assinados. Para tentar dar conta dessa complexidade, inclusive, mantive nas listagens os movimentos sociais com as quais as petições podem ser correlacionadas.

Como método de análise, listei as dez petições com a maior quantidade de assinaturas, bem como os dez abaixo-assinados com a menor adesão dentre as 145 petições examinadas. Segue abaixo a tabela que detém a listagem relativa à maior quantidade de assinaturas:

Título da petição	Número de assinaturas	Movimento social
Justiça por Mariana Ferrer #JustiçaPorMariFerrer	4.343.111	Feminista
Justiça por João Pedro	3.065.448	Antirracista
Assina petição que aumenta a pena de maus-tratos e abandono	2.902.436	Animal
Justiça por Miguel	2.796.175	Antirracista
Justiça por Sansão - cadeia para maus-tratos contra os animais!	750.847	Animal
Presidente Bolsonaro, sancione a PL 1095/2019 - aumenta da pena de maus tratos contra os animais	583.145	Animal
ALTERAÇÃO da Lei Maria da Penha. Pelas Vidas das Mulheres!	441.727	Feminista
Pela demissão e prisão dos policiais militares que agrediram uma mulher em Parelheiros, SP	251.819	Antirracista
ABAIXO A SITES DE ZOOFILIA	251.819	Animal
Processo contra Porta Fidei e Sarah Winter por divulgarem dados de criança grávida aos 10	210.129	Feminista

Tabela 2 - Petições com maior adesão

Inicialmente, percebe-se que as quatro primeiras têm assinaturas na casa dos milhões, enquanto as subsequentes estão na casa das centenas de milhares. Em primeiro lugar, chama a atenção que três abaixo-assinados, dos quatro mencionados anteriormente, cobram “justiça” em relação a algum caso com ampla cobertura midiática e/ou repercussão nas redes sociais: i) o Caso Mari Ferrer, que motivou o movimento Justiça por Mari Ferrer¹⁸; ii) o homicídio de João Pedro, jovem negro de quatorze anos¹⁹; iii) a morte de Miguel, de apenas cinco anos²⁰.

¹⁸ Resumidamente, o Caso Mariana Ferrer recebeu grande repercussão na *internet*, especialmente nas redes sociais, após a influenciadora digital Mariana Ferrer expor o estupro de vulnerável que teria sofrido no estabelecimento Café de La Musique, em Florianópolis (SC), onde a *influencer* trabalhava como embaixadora. Não só os relatos do abuso causaram revolta, como também o desenrolar do processo criminal, no qual foi realizada audiência em que a vítima foi reiteradamente desrespeitada e, posteriormente, prolatada sentença absolutória que recebeu muitas críticas.

¹⁹ Trata-se do homicídio de João Pedro, durante operação policial, morto a tiros aos quatorze anos, enquanto brincava com amigos em casa, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ). Familiares e testemunhas afirmam que os policiais chegaram à residência atirando, e que após João Pedro ser atingido, levaram-o em um helicóptero e não deram mais notícias à família, que procurou a vítima por cerca de dezessete horas, conforme informações do portal G1 Rio. Ressalte-se que o homicídio ocorreu em maio de 2020, durante o isolamento social.

²⁰ Também ocorrido durante a pandemia e no contexto de isolamento social, Miguel, de cinco anos, morreu ao cair do nono andar de prédio em Recife, após sua mãe, empregada doméstica, deixá-lo aos cuidados de sua patroa para passear com os cães da empregadora. Mirtes, mãe da vítima, levou o filho ao trabalho pois não tinha com quem deixá-lo. A criança alegadamente buscava sua mãe, e há imagens das câmeras do condomínio que mostram Sari Corte Real deixando a criança desassistida no elevador e apertando um botão que indica um andar elevado no prédio. Além da indignação diante da morte de Miguel, causou muita revolta ter sido concedida liberdade provisória à patroa mediante o pagamento de fiança no valor de vinte mil reais. Informações são do portal G1.

Além dos pontos da cobrança por justiça e da grande repercussão na sociedade, os casos acima podem ser definidos como grandes tragédias: um suposto estupro de vulnerável, um homicídio consumado em casa – alegadamente perpetrado por policiais – durante o período de isolamento social e a morte violenta de uma criança, filha da empregada doméstica, por negligência de sua patroa. Todos são casos que tocam em temas sensíveis para a opinião pública, como a cultura do estupro, a problemática da revitimização por parte de vítimas de crimes sexuais, a atuação machista daqueles que compõem o Judiciário, a problemática das ocupações policiais em comunidades, a atuação racista da instituição da polícia militar, o impacto da pandemia para aqueles mais vulneráveis e a complexa relação entre patrões e empregadas domésticas. Além disso, são questões muito caras aos movimentos progressistas.

Como é de conhecimento geral, casos como esses não são incomuns na sociedade brasileira. Tampouco o são na plataforma Change.org²¹ – algumas petições com casos parecidos surgiram, e não obtiveram uma adesão tão expressiva quanto as petições aqui destacadas, como por exemplo as petições “Justiça Por Letícia tanzi” e “Demissão do assassino de Josué”, com 271 e 355 de assinaturas, respectivamente. Isso pode indicar que tanto a repercussão midiática quanto nas redes sociais influencia de maneira expressiva a criação das petições – os referidos casos ensejaram um número considerável de abaixo-assinados, mesmo já havendo outras petições acerca do mesmo tema – e a expressividade da adesão.

A terceira petição com mais signatários se chama “Assina petição que aumenta as penas para os crimes de maus tratos e abandono”, que diverge das outras até aqui analisadas. Neste caso, a demanda não parte, diretamente, de um caso específico, e nem requer justiça para uma vítima determinada – a demanda é de aprovação de lei que aumenta a pena para crimes de maus-tratos contra cães ou gatos, possibilitando a aplicação do regime fechado – em outras palavras, cadeia – para os referidos crimes.

A partir daí, percebemos, de forma incipiente, um padrão: algumas pedem alterações na legislação ou providências para resolver determinada mazela social, outras demandam responsabilização diante de caso concreto trágico, e um terceiro tipo, dentre as petições que possuem mais adesão, une essas duas características: partem de um caso concreto bárbaro e demandam alterações legislativas para dar conta do problema. Esse é o caso da quinta petição

²¹ Sendo o caso do menino Miguel o que mais destoa.

mais assinada, “Justiça por Sansão: cadeia para maus tratos contra os animais!”, que menciona um caso de grande repercussão entre os ativistas por animais e que teria motivado o legislador a propor o Projeto de Lei 1.095/2019, que aumenta a pena contra esse crime. Por fim, demanda a aprovação do projeto – assim como mais duas petições na listagem das mais assinadas, e como outras diversas ao longo das 145 petições analisadas.

De todo modo, sete, das dez petições aqui destacadas, foram criadas a partir de casos concretos, e três delas possuem milhões de assinaturas. Esse padrão de atenção e visibilidade para abaixo-assinados criados a partir de situações específicas parece se repetir ao longo de toda a amostra empírica. Assim, casos concretos parecem ter mais apelo do que um problema social abstrato, sem uma vítima concreta a ser destacada na petição.

Além disso, a observação atenta da listagem acima impõe a percepção de que os grupos progressistas que parecem ter a maior adesão são os movimentos feminista, antirracista e pelos direitos dos animais. Por questões metodológicas²², considero uma tarefa difícil afirmar com certeza qual das três é a mais expressiva em termos de números de assinaturas – a petição mais assinada no Brasil, considerando-se todas as plataformas de abaixo-assinados (NETO, 2020), foi a primeira aqui listada, “Justiça por Mariana Ferrer #JustiçaPorMariFerrer”. Por outro lado, o movimento #vidasnegrasimportam²³ fomentou o debate acerca dos violentos impactos do racismo no Brasil, incentivando que diversas providências fossem tomadas na medida das possibilidades de cada um – assim, foi possível perceber uma efervescência na criação, sistematização e divulgação de abaixo-assinados com pautas antirracistas, traduzindo-se em grande expressividade em termos de números de assinaturas.

O movimento pelos direitos dos animais parece fazer uso significativo das plataformas de abaixo-assinados online como forma de concretizar suas pautas. Isso é aferível a partir de, principalmente, dois dados já fornecidos neste trabalho: 1) há três petições com a mesma demanda²⁴ direcionada à causa animal dentre as dez mais assinadas; 2) a infinidade de petições

²² Conforme as questões já explicadas, especialmente pela problemática da proporcionalidade na coleta das petições.

²³ Impulsionado pelo movimento *Black Lives Matter*, que suscitou inúmeras ações de protesto diante do homicídio de George Floyd, o movimento antirracista brasileiro lançou a campanha Vidas Negras Importam, diante dos frequentes episódios de racismo contra pessoas negras no Brasil, com especial relevo às ações violentas perpetradas devido ao racismo institucional e estrutural contra a juventude negra no país.

²⁴ Demanda, ressalte-se, que foi vitoriosa a partir da aprovação da Lei Sansão.

disponíveis na plataforma Change.org que tratam da causa animal, sendo a categoria de um movimento social específico²⁵ a ter o maior número de petições (1.164).

Ainda que a porcentagem de petições lidas inicialmente para seleção tenha sido menor do que em comparação a outros grupos que demandam direitos, a quantidade de abaixo-assinados relativos à causa animal ainda foi predominante neste trabalho (64), contra 38 relacionados com o movimento feminista, 28 relativos ao movimento antirracista e apenas sete postulando direitos para a comunidade LGBT. Essa sub-representação do movimento LGBT em petições online com conotações punitivas também é verificada na listagem das petições com menor adesão, conforme tabela disposta abaixo:

Título da petição	Número de assinaturas	Movimento social
Cassação do direito de exercer o direito para o advogado e o juiz do caso Mariana Ferrer	118	Feminista
Carta de repúdio #justiçaporMariFerrer (MS)	125	Feminista
Prisão sem fiança e progressão para feminicídio	134	Feminista
Atos preconceituosos precisam acabar	144	Outros
Proteção das crianças	148	Outros
Basta de maus tratos a animais	158	Animal
Colégio Lourenço Jorge: exigimos uma retratação! #exposedfortal	165	Feminista
Fim das corridas de cães no Brasil – fim da tortura animal	168	Animal
PEDIDO DE ALTERAÇÃO NA LEI DE CRIMES SEXUAIS CONTRA A MULHER – CASO MARIANA FERRER	174	Feminista
Delegacia da Mulher em Olinda, JÁ!	177	Feminista

Tabela 3 - Petições como menor adesão

Percebe-se, portanto, que não há sequer um abaixo-assinado que demande providência relacionada ao movimento LGBT. Por outro lado, há seis petições relativas ao movimento feminista, duas que fazem pedidos relacionados com a causa animal e duas que não se enquadram em nenhuma das categorias de movimentos progressistas aqui classificados: um relativo a atos preconceituosos em geral, sem especificar a qual preconceito estaria se referindo, e um com o fim de proteger crianças, relativo a um movimento para proteção infantil. Nota-se, também, que não há nenhum abaixo-assinado na referida listagem que seja relacionado com o

²⁵ Ou seja, desconsiderando a categoria “Direito Humanos”, que é uma *tag* que abarca outras categorias.

movimento antirracista, o que, suponho, pode ter sido influência do movimento #vidasnegrasimportam, que motivou a criação da categoria no Change.org e impulsionou a divulgação de ações para fortalecer a causa antirracista.

Quanto às demandas das petições com menor número de signatários, observa-se um padrão parecido com a da listagem das petições com maior adesão: cinco citam casos concretos, três pedindo providências de responsabilização relativa a esses casos, enquanto duas pedem aprovações de lei partindo desses acontecimentos específicos, e as outras cinco pedem providências – como a aprovação de lei, por exemplo, mas não exclusivamente – com o fim de combater determinada mazela que assola o país, sem caso concreto específico. No entanto, há uma pequena diferença: aqui, nota-se a novidade de uma²⁶ petição muito genérica, quase declaratória, que não define qual preconceito pretende combater e mal faz demandas específicas, no máximo pedindo, vagamente, endurecimento na punição e conscientização das pessoas – esse dado pode parecer aleatoriamente destacado, mas é representativo de muitas petições encontradas na plataforma Change.org e no material empírico aqui analisado.

Além da compreensão relativa às pautas e demandas presentes nessas petições menos assinadas, há um outro dado interessante a ser observado nos números acima: há três petições que fazem menção ao Caso Mariana Ferri, sendo que duas delas possuem pedidos diversos dos usualmente demandados em abaixo-assinados parecidos, como demandas por políticas públicas de apoio à vítima de crime sexual e à presença de juízas e promotoras em julgamentos de crimes sexuais, por exemplo. Disso, tiram-se algumas conclusões: casos com muita repercussão, de fato, mobilizam grande número de pessoas e, por isso, angariam mais assinaturas – por outro lado, também há um grande número de petições dedicadas ao mesmo caso, muitas vezes até repetidas, por conta da inexistência de filtro contra repetição no momento de criação de uma petição. Por isso, algumas dessas petições repetidas acabam não angariando tantas assinaturas quanto as primeiras ou mais divulgadas petições relativas ao mesmo caso e com pedidos correlatos.

De todo modo, apesar de ser possível extrair conclusões interessantes das petições com número de assinaturas mais ou menos expressivos, a heterogeneidade dessa adesão é significativa. Uma hipótese para explicar essa heterogeneidade seria que a quantidade de

²⁶ “Atos preconceituoso precisam acabar”.

assinaturas que um abaixo-assinado angaria é impactada por muitas variáveis, como o contexto histórico e social do momento, a existência de um caso concreto específico e sua repercussão midiática e/ou nas redes sociais, a resposta estatal perante a situação específica ou a circunstância a ser combatida, a aderência da população ao movimento progressista em análise, dentre outros fatores, sendo difícil apontar um único motivo determinante para a aderência massiva a um abaixo-assinado *online*.

3.3. Quem pede?

Como já adiantado no item anterior e no capítulo referente ao procedimento metodológico, a partir de uma análise tendo como critério a presença de petições relacionadas a determinada causa, temos que o movimento que mais parece fazer uso desse recurso é o relativo à causa animal. No entanto, há um significativo uso por parte dos movimentos feminista e antirracista. Abaixo, há um quadro com as informações – já apresentadas anteriormente – relativas à quantidade de petições por grupo por direitos:

Causa preponderante	Número de petições
Animal	64
Feminista	38
Antirracista	28
LGBT	7
Outros ²⁷	6

Tabela 4 - Petições por movimento social

Conforme já ressaltado na seção correspondente ao procedimento metodológico, as classificações acima não são necessariamente fiéis à categorização realizada na plataforma Change.org, eis que havia algumas impropriedades e a categoria “Direitos Humanos”, muitas vezes, apresentava petições sobrepostas às categorias específicas já examinadas.

Quanto ao peticionário, foram estabelecidos dois critérios de análise: quem, exatamente, era o autor do abaixo-assinado respectivo e qual a relação entre essa pessoa ou grupo e a vítima

²⁷ Em sua maioria, relativos à causa de proteção de crianças contra abusos, como pedofilia e cárcere privado, mas há também outras ocorrências. Entra, também, a petição denominada “JUSTIÇA CSFX”, que foi criada com o fim de buscar providências por parte da escola e punição para alunos que realizaram manifestações homofóbicas, racistas e machistas, pois não foi possível identificar qual teria sido a opressão ou o movimento social preponderante a dar ensejo ao abaixo-assinado – critério utilizado para a contabilização das categorias.

ou causa que ensejou a criação da petição. Essa separação é importante, pois cruzando esses dois resultados, foi possível chegar a algumas conclusões interessantes. Segue abaixo a listagem relativa aos dois critérios de análise e a quantidade de petições respectiva a cada classificação:

Quem demanda?	Número de petições
Pessoa física (não vítima direta)	112
Pessoa física vítima direta	4
Anônimo	4
Outros ²⁸	25

Tabela 5 – Autor da petição

Relação entre quem demanda e a causa/vítima	Número de petições
Sem relação direta ou relação não explicada	93
Grupo ou movimento organizado relacionado à pauta	16
Abarcada pela causa, inclui-se no grupo protegido pelo movimento social	9
Ativista da causa	7
Aluno ou membro da instituição demandada	7
Organização, grupo ou movimento criado em decorrência do acontecimento	4
Sofreu diretamente com a causa pela qual pretende mudar com o abaixo-assinado e tornou-se ativista	2
Sofreu diretamente com a causa pela qual pretende mudar com o abaixo-assinado	2
Familiar, amigo ou pessoa próxima da vítima	2
Não é explicada, parece ser aluno/a da instituição	1
Grupo ou organização não relacionada com a causa	1

Tabela 6 - Relação do peticionário com a causa ou com a vítima

Inicialmente, o primeiro dado que chama atenção é a preponderância de abaixo-assinados criados por pessoas comuns que, aparentemente, não possuem qualquer relação com a causa além de um sentimento de empatia, conforme os números da categoria “Sem relação direta ou relação não explicada”. Diante de determinado acontecimento ou da constatação de uma realidade social considerada como injusta, essa pessoa se utiliza da *internet* para elaborar uma petição e tentar buscar por providência para alterar tal situação ou realidade, sem explicar sua relação com o objeto da petição, mas demonstrando preocupação com a causa.

²⁸ Aqui, encontram-se todos os movimentos, grupos ou termos vagos que constavam como peticionários, que estão especificados na tabela principal de trabalho.

Agora, cabe fazer uma classificação mais ampla com o fim de analisar quem são aqueles que criam petições com causas identificadas como progressistas: aqueles que não possuem – ou não explicam – nenhuma relação direta ou pessoal com a causa, aqueles que possuem alguma relação direta ou pessoal com a causa e aqueles que são ativistas ou militantes pela causa, independentemente da ocorrência de um caso concreto, seja individualmente, seja compondo algum movimento social organizado. Já mencionamos a primeira grande classificação, que abarca pessoas comuns que não explicam sua relação com a causa, transparecendo, ao longo do texto, empatia com o caso específico que ensejou a criação do abaixo-assinado ou uma circunstância social de injustiça.

Quanto àqueles que possuem relação direta com a causa, incluo as categorias: a) “Abarcada pela causa, inclui-se no grupo protegido pelo movimento social”, eis que é alguém que se beneficiará diretamente da demanda da proposta, se esta for atendida; b) “Aluno ou membro da instituição demandada”, pelo mesmo motivo do item “a” e por a pessoa estar sendo afetada pela circunstância que destaca na petição por conta de sua presença na instituição; c) “Sofreu diretamente com a causa que pretende mudar com o abaixo-assinado”, que creio ser uma categoria autoexplicativa no que tange à relação com a causa; d) “Familiar, amigo ou pessoa próxima da vítima”, também autoexplicativa, mas relativa a pessoa ou pessoas que não criaram movimento por conta do acontecimento, o que constitui outra categoria, a ser explorada mais à frente neste trabalho; e) “Não é explicada, parece ser aluno/a da instituição”, correlata à categoria do item “b”, mas na qual não se colocou explicitamente como aluno, apesar de o texto ter essa conotação.

Na grande classificação explicada acima, apareceram alguns resultados interessantes. Quanto à categoria dos abarcados pela causa, resumidamente²⁹, as ocorrências mais comuns são de pessoas solicitando: i) medidas de denúncia de conteúdo preconceituoso ou violento em redes sociais tais como Instagram, Facebook e TikTok; ii) a criação de delegacias especializadas e; iii) alteração ou criação de lei, seja para implementar medidas de proteção, seja para incremento punitivo com o fim de melhorar situação de opressão. Já na categoria relativa aos alunos ou membros de determinada instituição, a ampla maioria é de alunos de instituições de

²⁹ Ficou de fora uma petição interessante: “Retirem as estátuas racistas da cidade de São Paulo”, mas todas as outras entram nas possibilidades explicitadas no parágrafo.

ensino contra atos de machismo ou racismo, especialmente a partir de denúncias de assédio sexual.

Dentre familiares, amigos ou pessoas próximas às vítimas, aparentemente há poucas ocorrências em que as pessoas se identificam explicitamente dessa maneira, mas a categoria “Organização, grupo ou movimento criado em decorrência do acontecimento” em geral compreende pessoas ligadas às vítimas, mas que não pretendem se identificar individualmente – trataremos dessa categoria mais à frente. Há um caso aqui que vale a menção: a petição “Justiça por Miguel” foi escrita, conjuntamente, tanto pela mãe de Miguel, quanto por outra pessoa, sendo as duas identificadas no espaço correspondente, e a outra peticionária não explicitando sua relação com a causa, além do auxílio à mãe da vítima na elaboração do abaixo-assinado, sendo, assim, uma pessoa próxima do caso concreto.

No que se refere àqueles que são ativistas, militantes ou parte de movimento organizado que atua em prol de uma causa progressista específica, inclui, inicialmente, somente as categorias “Grupo ou movimento organizado relacionado à pauta” e “Ativista da causa”. Da observação da segunda tabela acima, temos que a categoria relativa a movimentos organizados é a segunda com mais petições relacionadas – disso, depreendemos que há, sim, expressividade na atuação dos grupos progressistas organizados na criação de abaixo-assinados para promover suas pautas. Ainda assim, parece menos do que o esperado, e somente dois grupos apareceram mais de uma vez – ou seja, com mais de uma petição criada: o Movimento “Lute como Eles”, que criou os abaixo-assinados “730 DIAS SEM JULGAMENTO E SEM RESPOSTA DO CASO JEFFERSON FEIJÓ VÍTIMA DO ÓDIO” e “JUSTIÇA PELA THAYLANNE”, e a Coalizão Negra por Direitos, que consta como peticionária dos abaixo-assinados “Boicote Nacional ao Carrefour - Justiça por Beto!” e “Meios de comunicação, tratem a violência com negros (as) no Brasil como GENOCÍDIO!” – todas muito bem escritas e fundamentadas, característica que não é a regra dentre as petições analisadas.

Desconsiderando as duas categorias³⁰ que me impuseram problemas de classificação, ainda assim temos 23 petições criadas por pessoas diretamente ligadas à causa, enquanto há 23 abaixo-assinados elaborados por ativistas ou militantes. No entanto, adotando o critério que

³⁰ “Sofreu diretamente com a causa pela qual pretende mudar com o abaixo-assinado e tornou-se ativista” e “Organização, grupo ou movimento criado em decorrência do acontecimento”.

considero mais correto na contabilização das categorias problemáticas a seguir, considero “Sofreu diretamente com a causa pela qual pretende mudar com o abaixo-assinado e tornou-se ativista”³¹ como presente nas duas categorias, eis que sofreu diretamente com a causa e tornou-se ativista em decorrência disso. Quanto à segunda categoria, “Organização, grupo ou movimento criado em decorrência do acontecimento”³², considero-a como presente somente na classificação relativa aos que são direta ou pessoalmente ligados ao caso, pois em geral são movimentos aparentemente desorganizados criados por aqueles pessoalmente próximos à vítima e que buscam “justiça” ou alguma responsabilização ou providência. Não se tratam, portanto, de pessoas que já compunham um movimento social progressista organizado ou que, a partir daquele momento, tornaram-se parte de movimentações organizadas em torno de uma pauta progressista maior – parte do interesse pode vir da vontade de combater determinada injustiça social, mas o interesse principal é de dar conta daquela injustiça específica, concretizada por possível ou provável impunidade diante de um caso concreto. Assim, o montante final relativo aos que são ligados à causa e aos que podem ser considerados ativistas resta em 29 e 25 petições, respectivamente.

Por fim, cabe fazer alguns apontamentos importantes que chamaram atenção de alguma forma: i) vítimas diretas são exceção; ii) alguns peticionários buscam não se identificar – seja utilizando termos³³ que demonstram a vontade de manter a anonimidade, seja se utilizando de grupos relativos à busca por justiça diante de determinado caso concreto ou até mesmo usando somente alcunhas que identificam o pertencimento a algum grupo³⁴; iii) apesar de petições elaboradas por vítimas diretas ser uma ocorrência mais rara, é comum encontrar petições de pessoas próximas à vítima, como amigos e familiares, se consideradas as categorias “Organização, grupo ou movimento criado em decorrência do acontecimento” e “Familiar,

³¹ Categoria constituída por pessoas que foram afetadas diretamente pela causa e a partir disso decidiram se tornar ativistas, como por exemplo a petição “ALTERAÇÃO na Lei Maria da Penha. Pelas Vidas das Mulheres!”, na qual a peticionária foi vítima de violência doméstica e teve seus dois filhos assassinados em um dos ataques do agressor. A categoria impõe problemas pois, ao mesmo tempo, representam pessoas diretamente ligadas ao caso que ensejou a petição, mas também atuam como ativistas da causa por conta desse acontecimento, sendo uma categoria comum às duas grandes classificações propostas.

³² Aqui, todos os abaixo-assinados mencionam o nome da vítima, pela qual se busca “justiça” por meio da respectiva petição, mas não parecem movimentos organizados e constantemente atuantes com o fim de combater a injustiça específica do caso. Parece, na verdade, grupos de pessoas – ou até uma pessoa, não é possível saber com certeza – próximas da vítima, como amigos e familiares, mas que pretendem não se identificar com nomes, somente com a informação de proximidade da vítima. Representa um problema para a classificação pois são grupos e movimentos de pessoas aparentemente ligadas de forma próxima à causa, o que pode se confundir com movimentos militantes organizados.

³³ Aqueles que classifiquei como “Anônimos”, pois sequer completam a parte relativa ao peticionário com um nome existente, usando termos como “fhghfjhj jhhjhghj”.

³⁴ Como “Alunos do Antares”, na petição “Pelo afastamento dos professores do Antares acusados de assédio”.

amigo ou pessoa próxima da vítima”; iv) desconsiderando a categoria daqueles que não explicam relação com a causa e parecem ter empatia, percebe-se que uma atuação quase igualmente expressiva daqueles pessoalmente implicados pela causa e que se identificam como movimentos organizados ou ativista da causa.

Esse resultado pode indicar uma leve mudança no direcionamento do exame do material empírico obtido: talvez, as manifestações, endereçamentos, justificativas e demandas aqui analisadas não traduzam exatamente a atuação de grupos ou movimentos sociais organizados, que se utilizam de ações coordenadas, sistematizadas e com constância com a finalidade de combater determinada injustiça ou opressão. Os resultados obtidos neste item, conforme exposto acima, parecem indicar mais como se manifesta a opinião pública daqueles que aderem ou se identificam com as causas progressistas, pelos mais diversos motivos (empatia ou implicação pessoal), e como isso se traduz em demandas postulatórias por responsabilização e mudança social.

Há, portanto, uma diferença sutil, mas fundamental quando da identificação de quem são os principais manejadores das petições online como instrumento postulatório: primeiramente, os peticionários são, em geral, pessoas não relacionadas com a causa, que não são próximas de ninguém vitimado, mas que alegam ter grande empatia pela circunstância ou pelo caso concreto. Ou são, em segundo lugar, aqueles que de alguma forma se declaram tocados diretamente pela causa em questão – seja por serem vítimas diretas, familiares, amigos, ou parte de grupo criado em decorrência do acontecimento, alunos ou membros de alguma instituição demandada ou simplesmente abarcados pela pauta em foco. Por último, mas com atuação tão expressiva quanto à anterior, mas ao contrário do esperado, estão aqueles que são, explicitamente, ativistas, seja individualmente ou como parte de movimento organizado – ainda que estes tenham, sim, atuação significativa na criação de petições com expressivo alcance, até por conta do conhecimento da causa e da elaboração, em geral, mais bem feita do abaixo-assinado, com pedidos e justificativas inteligíveis.

Assim, podemos concluir que a elaboração de abaixo-assinados seria mais um instrumento individual de busca por responsabilização ou mudança social, motivado sentimentos de empatia ou irrisignação diante de experiência pessoal ou direta, do que de fato uma ferramenta amplamente utilizada por movimentos progressistas organizados.

3.4. A quem se pede?

Compreender quem são as pessoas, instituições ou órgãos demandados, e até mesmo qual seria o poder federativo mais requisitado, era também um dos objetivos do presente trabalho. Afinal, muito interessa entender quem, na visão daqueles que criam petições *online*, teria o condão de “fazer justiça” ou de contribuir com a causa dos grupos progressistas aqui estudados.

Antes de iniciar a exposição dos resultados obtidos, cabe fazer a ressalva de que a intenção primeira era compreender demandas encaminhadas para pessoas ou instituições que, de fato, poderiam tomar providências e iniciativas relativas ao problema ou à causa. Por conta disso, um dos filtros para a seleção final das petições examinadas era excluir aquelas exclusivamente encaminhadas para pessoas que nada poderiam fazer diretamente, por não estarem relacionadas com o problema concreto ou não terem nenhum poder institucional ou administrativo de mudança, e também excluir os abaixo-assinados exclusivamente direcionados à população. Por conta disso, algumas petições interessantes ficaram de fora da análise, como a petição chamada “Não queremos o Goleiro Bruno em Poços de Caldas”³⁵, que tinha como propósito causar comoção na cidade contra a contratação do goleiro Bruno no clube de futebol de Poços de Caldas, bem como sua permanência ou convivência na cidade, por conta do crime que cometeu e pelo qual foi condenado e preso³⁶.

A plataforma Change.org possui um espaço específico, antes do momento de elaboração do texto que instrui a petição, em que deve ser determinado para quem aquele abaixo-assinado será destinado, ou seja, quem teria o poder de fazer o que está sendo pedido, ou ao menos de ajudar para alcançar o objetivo estabelecido. É possível adicionar diversos destinatários, e há, inclusive, algumas orientações que a própria plataforma fornece no momento dessa escolha:

Escolha os destinatários do abaixo-assinado. Pense nas pessoas ou organizações com o poder de resolver o problema ou fazer algo para te ajudar. (...)

Muitos abaixo-assinados são feitos para pressionar empresas

Exemplos: "McDonald's" ou "Casas Bahia". Fique à vontade para colocar também o nome do presidente ou de alguma diretora.

³⁵ Cabe disponibilizar o *link* neste momento, eis que a referida petição não se encontra no Anexo I por não ter feito parte da amostra empírica analisada: <<https://www.change.org/p/aos-moradores-e-simpatizantes-da-amada-cidade-po%C3%A7os-de-caldas-n%C3%A3o-queremos-o-goleiro-bruno-em-po%C3%A7os-de-caldas?>>.

³⁶ Bruno foi condenado em 2013 por homicídio qualificado e ocultação de cadáver de Eliza Samúdio, mãe de seu filho Bruninho. O caso foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira.

Políticos, parlamentares ou órgãos do governo também são alvos comuns

Exemplos: "Prefeitura de Belo Horizonte", o nome do prefeito, ou a ministra responsável pelo seu assunto no Governo Federal.

Não pense muito

Você pode colocar ou editar os destinatários mais tarde. Por agora, escolha quem você acha melhor e termine de escrever o abaixo-assinado! (CHANGE.ORG, página dedicada à criação de petições, disponível em: <https://www.change.org/start-a-petition?>. Acesso em: set/2020 e maio/2021)

Ou seja, há a indicação de que empresas e políticos, parlamentares e órgãos de governo são destinatários comuns, havendo inclusive exemplos, e a orientação final para que o peticionário “não pense muito”. Tendo essa diretriz em mente, torna-se ainda mais interessante entender os resultados obtidos.

O exame relativo aos destinatários das petições se deu em duas etapas: a primeira, sinalizando, a cada petição, a demanda para diversas instituições, órgãos e cargos públicos e políticos, dentre outros, a partir de categorias pormenorizadas; em um segundo momento, para facilitar a análise aqui proposta, todas as categorias anteriores foram aglutinadas em classificações maiores, com o fim de dar mais sentido à análise e responder às perguntas de pesquisa. Abaixo, segue uma tabela em que na primeira linha estão as classificações “aglutinadoras” e as categorias em suas colunas respectivas.

Instituições de Justiça	Poder Legislativo	Poder Executivo	Polícias	Instituições privadas	Termos genéricos	Outros
Instituições ou órgãos do Judiciário; Tribunais de Justiça; Ministérios Públicos; Supremo Tribunal Federal; Presidente do STF; Membro do Judiciário; OAB.	Instituições ou órgãos do Legislativo; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Presidente da Câmara; Presidente do Senado; Membro do Legislativo.	Instituições ou órgãos do Executivo; Presidente da República; Membro do Executivo; Ministérios.	Delegacias de Polícia; Delegados de Polícia; Polícia Civil; Polícia Federal; Polícia Militar. ³⁷	Instituições privadas; Indivíduos de instituições privadas; ONGs.	Abarcou somente a categoria “Termos genéricos de Justiça, Autoridades e Poder Público”.	Organizações internacionais; Outros.

Tabela 7 - Classificação das categorias de destinatários

Do olhar atento à classificação feita acima, é possível notar algumas escolhas questionáveis do ponto de vista da organização administrativa do país. No entanto, a preocupação maior no momento dessa classificação operacional era de coerência na análise

³⁷ Petições direcionadas à “Polícia”, genericamente, também entraram nessa classificação.

sociojurídica aqui proposta e, nesse sentido, parece-me inconveniente me ater a divergências teóricas de organização judiciária ou obedecer à lógica administrativista de organização das instituições públicas.

Assim, cabe explicar as grandes classificações antes de expor os resultados obtidos:

a) “Instituições de Justiça (Judiciário)” contemplam instituições, órgãos, entidades ou pessoas relacionadas com a imagem comum do Judiciário, ou da prática estatal de “fazer justiça”;

b) “Poder Legislativo” abarca, da mesma forma, órgãos e membros relativos com o ato de legislar, tanto na esfera federal, quanto nos âmbitos estadual e municipal;

c) “Poder Executivo”, por sua vez, inclui instituições, órgãos, membros e termos relativos ao poder de governo, também nas esferas federal, estadual e municipal;

d) “Polícias”, por sua vez, abarca todas as modalidades de “polícias” vistas nesse trabalho, bem como delegados e membros dessas respectivas polícias, mesmo tendo elas funções diversas, por conta da força do termo na consciência coletiva, concebido como aquele órgão a fim de vigiar, investigar e assegurar a ordem e a segurança, mesmo se tratando da Polícia Federal, Militar, Militar Ambiental, Civil e demais delegacias de polícia;

e) “Instituições privadas”, que compreendem uma variedade de instituições que não fazem parte do aparato público, tais como escolas, faculdades, empresas de supermercados, empresas de redes sociais e ONGs;

f) “Termos genéricos” que mobilizam expressões relativas à justiça, às autoridades e ao poder público, constituindo encaminhamentos vagos, na qual o peticionário quis direcionar de forma ampla às autoridades que constituem o poder público com o fim de obter justiça;

g) “Outros”, que abarca a categoria de organizações internacionais e destinatários aos quais não foi possível subsumir a nenhuma das classificações acima explanadas.

Bloco de destinatários	Número de petições
Instituições de Justiça	52
Poder Legislativo	30
Poder Executivo	59
Polícias	38
Instituições privadas	27
Termos genéricos	8
Outros	11

Tabela 8 - Petições por bloco de destinatário demandado

Da análise das 145 petições examinadas, temos que os blocos de destinatários mais demandados são, respectivamente, os relativos ao Poder Executivo e as abarcadas por “Instituições de Justiça”, relacionada com o Poder Judiciário. A classificação relativa ao Poder Executivo contém 59 petições que o provocam, enquanto o bloco ligado ao Poder Judiciário contém 52 abaixo-assinados que o demandam. Cabe a ressalva de que, por vezes, uma petição provoca, simultaneamente, instituições de mais de uma classificação, e por vezes mais de um órgão ou membro dentro do mesmo bloco de destinatários.

Quanto ao Poder Legislativo, temos que ele parece ser menos demandado do que os outros poderes, tendo uma quantidade menor de abaixo-assinados que o provocam (30) do que o bloco das “Polícias”, que tem 38 petições que lhe pedem ajuda. Por último, quando da análise de endereçamentos específicos e classificáveis nesses grandes blocos, temos que 27 abaixo-assinados possuem pedidos direcionados a instituições privadas.

Por fim, a indicação do Change.org para que o peticionário não pensasse muito de fato tem seu reflexo nas petições analisadas: são oito as petições que recorrem a termos vagos e genéricos no momento de encaminhar seus pedidos, tais como “Autoridades”, “Poder Público”, “Justiça”, dentre outros. De todo modo, sendo os direcionamentos já enumerados corretos ou não, em geral os peticionários têm indicações bem claras de para quem eles estão direcionando suas demandas, sendo essa classificação a menor dentre as obtidas. Inclusive, algumas petições possuem diversos direcionamentos, como a petição “CADEIA para o homem que espancou cadelas até a morte em São Francisco de Itabapoana!”, que encaminha seu pedido para seis categorias de destinatários, de seis blocos diferentes.

Além disso, enquanto alguns peticionários identificam somente o cargo público ao qual querem pressionar ou o órgão que pretendem provocar, muitos vão além e identificam a pessoa que ocupa o cargo, bem como o indivíduo que lidera ou preside o órgão em questão. Isso demonstra uma preocupação em pessoalizar a pressão, deixando claro que a cobrança tem nome, rosto e função específicos, e que há um papel sendo esperado dessas pessoas. Esse dado foi aferido com relação a indivíduos e órgãos dos três poderes.

Dos dados expostos, é possível tirar algumas conclusões interessantes: em que pesem muitas petições pedirem por justiça, o poder federativo mais demandado é o Poder Executivo – de fato, a diferença entre o último e as Instituições de Justiça é pequena, mas parece inferir que a opinião pública vê nos atos de governo e de gestão pública a maior possibilidade de resolução de problemas concretos ou de transformação da realidade social. Óbvio que muitas das demandas por Justiça são encaminhadas para o Poder Judiciário, mas ser o Poder Executivo o mais demandado parece um resultado significativo acerca das expectativas de concretização de demandas sociais relativas às causas progressistas.

Além disso, é curioso verificar a demanda relativamente baixa encaminhada ao Poder Legislativo, quando contrastada com seu grande poder de transformação social. O que torna esse resultado ainda mais interessante é o fato de que ao menos³⁸ 33 petições fazem pedidos relativos à aprovação de leis – no entanto, é importante fazer uma ressalva neste ponto: a aprovação de leis não é feita integralmente pelo Legislativo, e isso parece ser fato conhecido também por aqueles que escrevem abaixo-assinados. Isso porque para uma lei entrar em vigor, ela deve ser sancionada pelo Presidente da República, e há algumas petições com pedidos direcionados ao Presidente com essa finalidade – inclusive, quase todas com o fim de aprovar a Lei Sansão (hoje, devidamente aprovada, Lei nº 14.064/2020).

Ao observar a quantidade de provocações para as instituições privadas, chega-se à conclusão lógica de que as instituições públicas são muito mais demandadas do que as privadas no que tange às causas ligadas aos movimentos progressistas ou demandas por justiça. Disso, depreende-se que os peticionários esperam massiva atuação estatal para dar conta de situações específicas de injustiça e combater mazelas sociais.

³⁸ Abrangendo as categorias de pedidos “Criação de crime”, “Aumento de pena para crime já existente” e “Leis penais mais severas”, pois todas demandam inovação legislativa.

Entretanto, há o que se observar olhando somente as instituições privadas. Temos o endereçamento para ONGs, que são, afinal, instituições privadas, apesar de não possuírem fins lucrativos, e que por isso detêm uma função predominantemente de pressão, auxílio e tomada de providência junto aos peticionários, como se estivessem “do mesmo lado” de uma mesma luta. Como exemplos dessas organizações às quais diversas petições pedem socorro, temos a PETA e a Safernet³⁹. No entanto, com exceção das ONGs, é possível observar um padrão dentre as possibilidades de aparecimento dessas instituições privadas nas petições no que se refere à posição desses destinatários na demanda ou na causa que ensejou a elaboração do abaixo-assinado.

Nesse sentido, observamos que essas possibilidades, mais postulatórias, são as seguintes: a) pode-se tratar de uma empresa diretamente responsável por algum ato reprovável, como na petição “UNIVERSIDADE UNIFOR: ENSINANDO E NÃO APRENDENDO”, na qual são pedidas providências diretamente para a empresa transgressora e, em alguns casos, também para instituições do Poder Público; b) a empresa ou instituição tem como empregado, membro ou aluno indivíduo que realizou algum ato considerado inadmissível ou reprovável, e deve tomar providências em relação a essa circunstância, como os casos de “exposed” de professores supostamente abusadores, exemplificado na petição “Justiça pelas alunas do CLF” e; c) redes sociais, que são destinatárias de pedidos em geral relacionados a denúncias de manifestações preconceituosas ou de violência, bem como de demandas para derrubada de determinados conteúdos de suas respectivas plataformas. No mais, temos poucas que não são classificáveis em nenhum desses padrões, mas que também são interessantes, como o pedido de pressão aos patrocinadores do Clube Pinheiros⁴⁰ devido a denúncias de racismo, com o fim de promover a demissão dos perpetradores dos atos de preconceito.

Adentrando peculiaridades das primeiras categorias, as menores, chama a atenção que a instituição que parece ser a mais demandada, se necessário apontar uma, dentre todas as categorias identificadas e petições examinadas, seria o Ministério Público (MP), classificado dentro do bloco de “Instituições de Justiça”, com 34 petições que o demandam.

³⁹ PETA é a sigla da ONG chamada People for the Ethical Treatment of Animals, dedicada aos direitos dos animais. Já a SaferNet tem o objetivo de promover e defender os direitos humanos na *internet*.

⁴⁰ Petição “Racismo no Esporte Clube Pinheiros! Que os envolvidos sejam demitidos!”

É um indicador interessante perceber que os peticionários, ao endereçar suas demandas, o fazem para uma instituição que tem, a partir da imagem disposta na consciência coletiva brasileira, o condão de colocar indivíduos e empresas sob o jugo do aparato estatal de investigação e punição – ou seja, de dar o status, no processo penal, de “indiciado”, “denunciado” e, dependendo das circunstâncias, “réu” e posteriormente “condenado”. Isso sem mencionar o papel do Ministério Público nas prisões cautelares, que tornam certos indivíduos em “detentos” antes mesmo de sentença condenatória transitada em julgado. Os Tribunais de Justiça não possuem tantas petições que os provocam (sete), nem mesmo contabilizando os pedidos ao Supremo Tribunal Federal (seis)⁴¹, demonstra que a opinião pública tende, ao menos olhando a organização processual penal, a privilegiar o polo da acusação quando pretende “fazer justiça” ou combater determinados problemas ou injustiças sociais.

Apesar da diferença ser grande entre a instituição mais requisitada e as que vou apontar neste momento, cabe indicar que o Senado Federal foi significativamente requerido, com 18 petições, e o Presidente da República foi demandado por 12 abaixo-assinados ao longo deste trabalho. Assim, podemos concluir que os Poderes Executivo e Legislativo não são deixados de lado quando consideradas instituições ou cargos específicos – especialmente o Poder Legislativo, eis que o Congresso Nacional, unindo os números relativos ao Senado e à Câmara de Deputados (12), resulta no montante de 30 petições, quase o valor alcançado pelo Ministério Público. É um resultado a se considerar – as categorias mais específicas e pormenorizadas apontam detalhes que, por vezes, as grandes classificações deixam passar.

Cabe mencionar alguns destinatários mais diversos, em que houve maior dificuldade de subsumir a categorias menores ou grandes classificações, como Conselhos Regionais de Medicina e de Enfermagem, governos internacionais⁴², Partido Social Democrático, Confederação Brasileira de Futebol, ICEFLU (instituição religiosa ligada ao ritual do Santo Daime) e pessoas relacionadas à política, as quais não foi possível identificar o que fazem ou faziam à época da petição. Esses destinatários foram incluídos na classificação “Outros”, e tanto essa listagem quanto toda a exposição acerca dos destinatários demonstram a heterogeneidade quanto ao direcionamento das demandas no fenômeno das petições *online*.

⁴¹ Contabilizando petições direcionadas para Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e presidente do STF, o número total é de dezesseis abaixo-assinados.

⁴² Este se encontra além do filtro empregado na seleção, mas a petição endereçava também para destinatários que se encontravam dentro do critério de seleção.

3.5. O que se pede?

Quando tratei da adesão, fiz uma separação incipiente entre a utilização de casos concretos e pedidos para combater determinadas situações de forma abstrata, sem estar relacionado, necessariamente, com casos específicos. Aqui, pretendo melhorar essa classificação, de modo a encaixar todas as categorias de pedidos encontradas nas petições dentro de uma classificação guarda-chuva, de modo a extrair dados interessantes do conceito de “justiça” nos abaixo-assinados e do que são as demandas feitas nesses novos instrumentos postulatórios.

É importante explicar, inicialmente, que os pedidos contidos nos 145 abaixo-assinados examinados são absolutamente heterogêneos. Há petições que pedem por justiça, sem nenhum pedido concreto por meio da qual essa justiça possa ser traduzida; há abaixo-assinados que pedem diversas providências, das mais diferentes naturezas; há demandas que equivalem justiça a providências criminais, como uma relação automática; há, também, demandas de medidas de apoio, proteção, conscientização, sem necessariamente um pedido estritamente punitivo; há os que tem pedidos sobrepostos, que parecem pedir a mesma coisa com palavras diferentes; há as que pedem a punição em seu extremo, buscando um incremento punitivo para a situação em tela... Enfim, os pedidos são os mais variados, realizados das mais diferentes maneiras.

Por isso, esta seção representa uma tentativa de identificar os tipos de pedidos, transformando toda essa complexidade em categorias, e adequando cada pedido em cada petição nessas categorias, contabilizando quantas vezes cada categoria é mobilizada nesses textos postulatórios. Assim, temos aqui um esforço de categorização, o que implica inevitavelmente um achatamento da complexidade contida nesses abaixo-assinados. Essa simplificação é necessária para que seja possível se desprender de detalhes e especificidades e possamos examinar o que essas demandas representam. As categorias foram as seguintes, com o respectivo número de petições que as mobilizaram:

Remoção ou afastamento do cargo ou instituição	16	Prisão	21
Justiça	48	Punição do responsável	18
Visibilidade ou não deixar caso/pauta cair no esquecimento	11	Investigação transparente ou apuração dos fatos	17
Medidas de conscientização ou capacitação	13	Denúncia do responsável	3
Medidas de apoio ou proteção à vítima	18	Julgamento ou novo julgamento do caso	9
Remoção ou derrubada de conteúdo da internet	7	Sem pedido concreto	2
Medidas de reparação do dano ou pagamento de indenização	5	Medidas administrativas de investigação e punição	13
Pronunciamento ou retratação	9	Medidas para facilitar denúncias	9
Medidas de fiscalização	1	Proibição de determinada conduta	6
Criação de crime	2	Aumento de pena para crimes já existentes	16
Leis penais mais severas	15	Responsabilização criminal	33
Máximo rigor na aplicação da pena	5	Outros	25

Tabela 9 – Categorias de pedidos encontrados nas petições

Para tanto, além dessa primeira categorização, que contou com 24 (vinte e quatro) categorias diferentes, para não tornar este estudo enfadonho e ser possível chegar às conclusões propostas, retomamos a separação incipiente realizada anteriormente e tentamos criar uma classificação para entender qual seria a ordem de cada tipo de pedido. Percebemos que, com exceção das categorias “Justiça”, “Sem pedido concreto” e “Outros”, todas as restantes podemos classificar como tendo um fim de responsabilização específica (ou individual) de alguém, de uma instituição ou de um coletivo por conta de algum caso específico, ou com a finalidade de transformação social, não direcionada a uma situação determinada, mas sim a uma circunstância corrente na sociedade.

Antes de adentrar a explicação e contabilização dessas categorias guarda-chuva, vamos a duas das categorias que não são classificáveis: “Sem pedido concreto” e “Justiça”. Por conta da heterogeneidade dos pedidos não categorizáveis, “Outros” ficará ao final desta seção.

Fazendo um esforço para dar concretude a qualquer manifestação postulatória, como retirando somente do título o pedido de encarceramento ou endurecimento das leis penais⁴³, foi possível identificar dois abaixo-assinados não detinham qualquer pedido concreto. No entanto, todas pedem explicitamente por “justiça”, inclusive em seus títulos. Foram as seguintes petições: “#JustiçaPorJady” e “Justiça pela senhora que foi estuprada e esfaqueada em João Pessoa”. Isso não quer dizer que elas não têm nenhum embasamento – ambas descrevem o caso concreto que ensejou sua elaboração, e uma delas justifica com outros elementos seu pedido por justiça. No entanto, esse pedido por justiça não se traduz em uma demanda concreta, em uma providência específica que poderia ser considerada como a satisfação de justiça - sem isso, fica difícil dar uma definição para o termo, que é um conceito dotado de muita subjetividade. Além disso, é uma palavra que carrega uma infinidade de sentidos, o que é corroborado pela enormidade de categorias de pedidos que acompanham os pedidos por “justiça”.

Adentrando as petições que demandam “Justiça” explicitamente, temos que 48 petições a requerem, dentre 145 analisadas. É um número bastante expressivo, e a partir dele podemos tentar entender: quem pede por “justiça”, no que se refere às providências concretas entendidas como “justiça”, está pedindo o quê? Em dez petições, o pedido por “justiça” é acompanhado do pedido de prisão do responsável pelo ato que ensejou a criação do abaixo-assinado. Em um sentido mais brando, vinte petições pedem providências e fazem requerimentos relativos à responsabilização criminal, como o pedido de condenação pelos crimes, ou que paguem pelos crimes cometidos, ou de punição pelos delitos perpetrados – aqui, o pedido não seria, necessariamente, de encarceramento, mas de punição criminal, e há uma diferença substancial entre equiparar justiça à pena de prisão e equiparar justiça à punição criminal devida ou a uma condenação criminal, que detém um teor bem menos punitivo.

Ainda nos pedidos que acompanham as demandas por justiça, temos que outro requerimento significativo é o de investigação transparente ou apuração dos fatos, eis que oito petições contêm esse pedido. Um dado chama a atenção: metade delas⁴⁴ são relativas a episódios de racismo, em que a demanda é, dentre outras, a explicação do que de fato aconteceu para que o adolescente inocente tenha sido morto ou a identificação de quem realizou atos

⁴³ Como na petição “PRISÃO PARA O CASAL MARIAH CORAZZA USTUNDAG e DORA USTUNDAG”, que não possui pedido no texto que a instrui, somente em seu título.

⁴⁴ São as seguintes: “Justiça por João Pedro”, “Justiça por Rodrigo”, “Queremos investigação e punição para policiais militares que cometeram agressões em SP” e “Queremos uma resposta do sistema judiciário do RN: quem matou Gabriel?”.

violentos contra pessoas negras. Essa parece ser, portanto, uma demanda muito mais recorrente em petições de temática antirracista do que em outros movimentos sociais.

Fugindo das categorias relativas a pedidos de providências estatais, uma outra demanda expressiva, contando com dez petições, foi a de visibilidade ou intenção de não deixar o caso cair no esquecimento. Esse pedido pode ser considerado um pedido subsidiário, pois por si só não altera a situação específica que ensejou o abaixo-assinado – apesar de fomentar debate e/ou medidas individuais de apoio financeiro, por exemplo –, mas auxilia que as instituições pressionadas realizem as providências requeridas nos pedidos principais. Isso é corroborado pelo dado de que somente uma das petições não pede mais nada além de “justiça” e visibilidade⁴⁵.

Em menor medida, os pedidos por justiça também se traduzem em remoção ou afastamento do cargo ou instituição de determinado membro ou empregado que realizou algum ato reprovável, bem como demandas de pronunciamento ou retratação por parte de alguém ou de alguma instituição e demais pedidos por punições institucionais ou administrativas, como o pedido de remoção do juiz do Caso Mariana Ferrer e o de cassação do direito de advogar do profissional que defendeu o réu no referido caso.

Por fim, foi possível aferir, dentre as petições analisadas, que o pedido por justiça é predominantemente manejado diante de casos concretos entendidos como injustos ou reprováveis, tendo em vista que somente um abaixo-assinado, nos 48 sinalizados, não parte de uma situação determinada e específica. Trata-se da petição “Por uma delegacia de proteção aos animais em Recife!”, que, diante dos sofrimentos que animais passam em episódios de maus tratos e abandono, pretende a criação de uma delegacia ou órgão público na cidade para dar conta desse problema e promover a capacitação com o fim de proteger os animais.

Algumas expressões, no momento de realização do pedido, me impuseram certos problemas: expressões como “que ele pague pelo que fez” ou “que responsáveis paguem pelo crime que cometeram” foram, *a priori* e levando em consideração todo o texto da petição, considerados como pedidos de responsabilização criminal (quando presente um suposto

⁴⁵ Trata-se do abaixo-assinado denominado “Menina Com problema MENTAL sendo ABUSADA sexualmente Por Ex-Prefeito #justiçaporclenilsa”, que pretende que caso chegue na mídia e autoridades competentes, mas sem delimitar um fim específico além dessa visibilidade e de justiça.

cometimento de crime). No entanto, em quatro petições⁴⁶, esse pedido de punição criminal se afunilou explicitamente para o pedido de prisão, e por isso não contabilizamos dessa forma. É interessante observar que essa expressão, em geral, pode ter um significado amplo de responsabilização criminal, por deter um tom retributivo, de pagar o mal a quem faz o mal, bem como pode se tratar de um pedido imediato por encarceramento. No todo, contabilizei nove petições que recorrem a expressões análogas às mencionadas no início do parágrafo, e esse é um indicativo de como parece funcionar a lógica retributiva dos que criam petições diante de alguma injustiça.

Retomando as grandes classificações operacionais de responsabilização específica e transformação social, constatamos que o pedido, tendo um dos referidos fins, pode se dar de forma punitiva ou não punitiva. Dentro do modo punitivo de alcançar esse fim, é possível que o pedido seja direcionado ao poder estatal criminal, administrativo ou institucional (não relativo somente a instituições públicas ou de categorias funcionais, mas também a instituições privadas). Abaixo, incluo as tabelas em que fiz a referida classificação⁴⁷, inserindo a primeira categoria em seu(s) grupo(s) correspondente(s):

⁴⁶ São as seguintes: “O povo exige que justiça seja feita no caso do homem que agrediu cachorrinho”, “Prisão para o homem que matou a cadela Belinha em Sapucaia do Sul”, “Thiago Demarco e Willian Larrea na cadeia urgente!! Justiça para Wesner Silva” e “Mulher usa furadeira em genital de filhote, ELA TEM QUE PAGAR!!!” - dessas, somente a última não pede explicitamente por justiça.

⁴⁷ Esta classificação é somente um instrumento de análise do material empírico coletado, não havendo, de forma alguma, a intenção de estabelecer uma classificação absoluta, sendo certo que as categorias e classificações aqui explicadas demandarão posteriores revisões e correções.

Responsabilização individual ou específica			
Punitivo			Não-punitivo
Criminal estatal	Institucional	Administrativo	Pronunciamento ou retratação; Visibilidade ou não deixar caso/pauta cair no esquecimento.
Julgamento ou novo julgamento do caso; Máximo rigor na aplicação da pena; Prisão; Denúncia do responsável; Responsabilização criminal; ⁴⁸ Investigação transparente ou apuração dos fatos.	Remoção ou afastamento do cargo ou instituição; Punição do responsável; Remoção ou derrubada de conteúdo da internet; Investigação transparente ou apuração dos fatos.	Remoção ou afastamento do cargo ou instituição; Punição do responsável; Medida de reparação do dano ou pagamento de indenização; Investigação transparente ou apuração dos fatos.	

Tabela 10 - Classificação dos pedidos de responsabilização específica

Transformação social			
Punitivo			Não-punitivo
Criminal estatal	Institucional	Administrativo	Medidas de fiscalização; Visibilidade ou não deixar caso/pauta cair no esquecimento; Medidas de conscientização ou capacitação; Remoção ou derrubada de conteúdo da internet; Medidas de apoio ou proteção à vítima.
Medidas para facilitar denúncias; Medidas administrativas de investigação e punição; Criação de crime; Aumento de pena para crime já existente; Leis penais mais severas; Máximo rigor na aplicação da pena; Prisão; Responsabilização criminal; Investigação transparente ou apuração dos fatos	Medidas para facilitar denúncias; Investigação transparente ou apuração dos fatos ⁴⁹ ; Proibição de determinada conduta; Punição do responsável.	Medidas para facilitar denúncias; Medidas administrativas de investigação e punição; Medida de reparação do dano ou pagamento de indenização; Proibição de determinada conduta; Punição do responsável.	

Tabela 11 - Classificação dos pedidos de transformação social

Como é possível perceber, há pedidos que podem ser, simultaneamente, relativos a demandas de responsabilização específica e também de transformação social. Isso ocorreu,

⁴⁸ Esta categoria será somente alocada no grupo relativo à responsabilização específica. Isso porque somente três petições referentes à transformação social demandam responsabilização criminal – no entanto, duas delas já são abarcadas por outras providências que representam formas de implementação de responsabilização criminal, como por meio de novas leis penais, e só uma petição pede de forma vaga, sem um pedido concreto de implementação, a responsabilização criminal sem correlação com pedido de responsabilização específica. Assim, considerei incorreto, se metodologicamente considerado, adicionar uma categoria que conta com 33 abaixo-assinados em uma contagem por conta de uma destoante, de forma vaga. Não percebi isso acontecer, de forma gritante, com nenhuma outra categoria.

⁴⁹ De forma ampla, com o fim de transformação social, e não visando uma responsabilização específica, não houve nenhum pedido administrativo nesse sentido. Apareceu, no material analisado, somente nos âmbitos institucionais, como de redes sociais etc., ou criminais, especialmente com o fim de melhor investigação de maus tratos aos animais.

também, com determinados pedidos que podem estar em mais de um âmbito punitivo (criminal, administrativo e/ou institucional). Em somente uma categoria, a de “Remoção ou derrubada de conteúdo da internet”, foi possível perceber que o pedido assumiu, a depender da petição, um formato tanto punitivo quanto não punitivo.

Assim, foi necessário contabilizar⁵⁰ quantas vezes esses pedidos, em suas respectivas modalidades punitivas ou não punitivas, foram mobilizados:

Responsabilização específica = 154			
Punitivos = 134			Não-punitivos = 20
Criminal estatal = 88	Institucional = 58	Administrativo = 56	

Tabela 12 - Contabilização dos pedidos de responsabilização específica

Transformação social = 168			
Punitivos = 108			Não-punitivos = 60
Criminal estatal = 79	Institucional = 50	Administrativo = 51	

Tabela 13 - Contabilização dos pedidos de transformação social

Apesar das petições que fazem uso de casos concretos serem maioria dentre as estudadas, a primeira conclusão que podemos tirar dos números acima é de que os pedidos direcionados à transformação social são mais frequentes do que pedidos de responsabilização específica. Como já observado nos itens anteriores desta análise, o que parece ocorrer frequentemente é a seguinte situação: um caso concreto relacionado com as pautas sociais aqui estudadas chama a atenção da opinião pública ou do peticionário, e a partir daí se identifica um problema ou uma questão a ser resolvida, que daria conta de combater ou diminuir a ocorrência de casos correlatos. Ou seja, utilizam-se de um caso concreto, identificam uma lacuna de providência, e sugerem, assim, uma medida para a mudança da sociedade, com o fim de evitar situações análogas.

⁵⁰ Duas ressalvas acerca da contabilização: a) conforme já explicado, em muitos casos uma petição contém mais de um pedido – por conta disso, temos um número maior de pedidos do que de abaixo-assinados; b) se somadas as modalidades de cada classificação punitiva (criminal, institucional e administrativa), percebe-se que não resulta no montante demonstrado nas respectivas tabelas (especificamente na forma punitiva e de cada agrupamento maior) - isso porque, para não atrapalhar a análise de predominância de pedidos, se uma categoria consta em mais de uma modalidade, decidi por contá-la somente uma vez, pois é a mesma categoria de pedido, se apresentando somente de formas diversas simultaneamente, dentro do grande formato punitivo de pedir aquela providência de responsabilização ou transformação.

Isso não quer dizer que muitas dessas petições não façam pedidos relativos à responsabilização individual relativa à situação ocorrida – como anteriormente dito, os abaixo-assinados apresentam, em geral, diversas demandas, e algumas categorias podem ser mobilizadas tanto para responsabilização específica quanto para a transformação da sociedade, representando uma mudança a ser aplicada daquele momento em diante, e não só para o ocorrido que ensejou a elaboração da petição.

Quando olhamos para o recurso a pedidos punitivos nas duas grandes classificações, temos que as demandas de responsabilização específica são mais punitivas do que as de transformação social, e o recurso à modalidade criminal estatal é ainda mais frequente quando comparados os números (88 demandas criminais de 154 pedidos de responsabilização, contra 79 de 168 demandas de transformação social). Nesse mesmo sentido, pedidos não punitivos são mais comuns no âmbito da mudança da sociedade (sessenta pedidos) do que quando em face de responsabilidade diante de um caso concreto, que conta com somente vinte requerimentos não punitivos.

Isso pode ter a ver com uma lógica de que medidas de transformação social são mais ligadas a providências de prevenção, fiscalização, regulamentação, conscientização, capacitação e, por fim, apoio e proteção a eventuais vítimas, ou seja, em um sentido de que sua implementação é necessária antes do ato reprovável ocorrer, como forma de propiciar que este não ocorra. Uma vez que ato reprovável ou delito tenha sido realizado, parece que os peticionários vislumbram medidas punitivas como a principal providência, privilegiando a punição na esfera criminal.

Ainda assim, as providências criminais ou punitivas em um sentido amplo⁵¹ são privilegiadas, ainda que com uma discrepância menor em seus números, também no âmbito da transformação social. Como exemplificação, basta ver algumas das categorias mobilizadas: aumento de pena para crime já existente, criação de crime, leis penais mais rigorosas e máximo rigor na aplicação da pena – são todos instrumentos de incremento punitivo. Portanto, apesar de haver, sim, alguma diferença entre a frequência no recurso ao incremento punitivo em pedidos de responsabilização e em pedidos de transformação social, temos que as demandas punitivas são maioria nos abaixo-assinados analisados.

⁵¹ Ou seja, incluindo as punições criminais, administrativas e institucionais.

Nesse sentido, podemos destacar alguns pedidos amplamente punitivos e expressões que denotam esse intenso anseio de punir não só a quem já cometeu algum mal específico, mas também para aquele que vier a cometer algum ato considerado como inaceitável:

A) “(...) que sejam tratados como bandidos da pior espécie (...)”, na petição “Pela punição severa aos responsáveis por jogar um cavalo pela ponte em Pernambuco”, que concretamente demanda somente que seja cumprida a lei relativa a maus-tratos contra todos os animais, mas detém diversas manifestações amplamente punitivas e retributivas, como a mencionada e “(...) então cometer qualquer ato monstruoso ou insano contra os seres vivos é pedir realmente pra que o sofrimento venha da forma mais cruel pra essas criaturas que não deveriam existir nesse mundo”;

B) “(...) que justiça seja implacável com esse monstro (...)”, no abaixo-assinado “O povo exige que justiça seja feita no caso do homem que agrediu cachorrinho”, como resposta diante de uma agressão contra um cão, que ocasionou a cegueira do animal, pode ser interpretado como máximo rigor na aplicação da pena, mas denota também um intenso impulso punitivo. Não só chama o agressor de monstro, mas também faz diversos pedidos, com diferentes âmbitos de punição, eis que demanda a prisão do acusado, a revelação de sua identidade (como resposta ao fato de que o responsável não se arrepende da agressão perpetrada), a aplicação de multa “altíssima” e que a empresa onde ele trabalha tenha conhecimento “do marginal que ele é e não compactuem com esse crime”. Outro ponto interessante da mencionada petição, e que se repete em algumas outras, com a utilização de outros termos, é a utilização da suposta vontade de justiça da população, tanto no título do abaixo-assinado, quanto no texto que o instrui: “O povo exige por justiça (...)” e “A população clama por justiça (...)”;

C) “(...) HULK FOI MORTO POR VINGANÇA AGORA QUEREMOS VINGANÇA POR ELE (...)”, pedido realizado na petição “Justiça por Hulk”, denota a admissão de que, na verdade, a resposta pretendida com o abaixo-assinado não é somente de responsabilização criminal diante do ilícito cometido – qual seja, uma sequência de bárbaros atos de maus-tratos, culminando na morte do animal, contra um cão que mordeu uma criança –, mas sim um pedido de vingança pela vítima, como resposta à vingança que teria sido perpetrada pelos homens diante da mordida do animal contra a criança. Pedindo punição aos envolvidos e classificando

a conduta como crime, o peticionário vislumbra a utilização da sanção criminal como um instrumento de vingança, que, nesta petição, equivale ao que seria “justiça”;

D) “(...) e que os responsáveis por ter ceifado a vida do Wesner Silva paguem pelo crime que cometeram (...)”, e demais expressões correlatas, que usam o verbo “pagar” com relação ao responsável pela ação que motivou o abaixo-assinado. Nesse caso, trata-se de um crime brutal motivado por homofobia, que ensejou a petição “Thiago Demarco e Willian Larrea na cadeia urgente!!! Justiça par Wesner Silva”, que equivale o “pagar” à cadeia e à justiça, mas há diversas petições em que essas expressões aparecem, relativos a todos os movimentos progressistas estudados. Nessas expressões, em geral, parece haver uma noção de dívida do responsável pelo ato com a sociedade, com a vítima ou com a justiça formal, devendo este receber o mal como pagamento ao mal que perpetrou, havendo uma clara noção de retribuição quanto à finalidade do sistema penal.

Dos exemplos selecionados somente a partir do pedido de cada abaixo-assinado, temos que três são relativas à causa animal, e o último encontra diversos exemplos do aparecimento da respectiva expressão também em petições acerca dos direitos dos animais. Esse é um indicativo importante, e um dos motivos parece ser o fato de que esses atos cruéis são cometidos contra seres caracterizados como irracionais, inocentes e indefesos, o que tende a provocar um aumento da reação punitiva por parte dos peticionários da causa animal.

Além disso, todos esses exemplos denotam um alto grau punitivo, relativo à finalidade retributiva no que os peticionários entendem como providência adequada ou necessária diante de um injusto, tanto com o fim de responsabilização, quanto com o fim de transformação da sociedade como um todo. Pretendo explorar melhor essa tendência punitivista em análise teórica adiante.

Retomando as categorias menores, cabe fazer alguns apontamentos e listar os pedidos específicos mais mobilizados nas petições analisadas:

Pedido	Número de petições
Justiça	48
Responsabilização criminal	33
Outros	25
Prisão	21

Medidas de apoio ou proteção à vítima	18
Punição do responsável	18
Investigação transparente ou apuração dos fatos	17
Remoção ou afastamento do cargo ou instituição	16
Aumento de pena para crime já existente	16
Leis penais mais severas	14

Tabela 14 – Pedidos mais demandados

Percebe-se que “justiça”, apesar de não ter um conceito inequívoco e nem significar uma providência concreta, é o pedido mais recorrente dentre os abaixo-assinados examinados. Logo após, temos pedidos relativos à responsabilização criminal – pedidos de condenação criminal, responsabilização ou punição criminal, sem especificar uma forma por meio da qual essa sanção deveria tomar corpo. Com exceção de pedidos não categorizáveis, que trataremos mais à frente, logo após temos demandas de encarceramento de responsáveis por crimes ou de determinação de prisão para crimes em que a referida punição em geral não ocorre. Disso, já podemos depreender que a conclusão retirada da análise das classificações guarda-chuva se mantém aqui: os peticionários, em geral, mobilizam mais demandas punitivas, em especial as criminais, do que demandas não punitivas.

Essa tendência é corroborada por outras categorias presentes na listagem acima, como “Aumento de pena para crime já existente”, “Leis penais mais severas”, “Remoção ou afastamento do cargo ou instituição” e “Punição do responsável”, sendo os últimos dois pedidos relativos, em geral, a sanções administrativas ou institucionais, não necessariamente mobilizando o aparato punitivo estatal. Ainda assim, temos como a quinta categoria mais requerida a demanda de medidas de apoio ou proteção com a vítima, denotando que há, também, entre os peticionários, preocupações relacionadas com o bem-estar da vítima, e não só com alguma punição para um eventual responsável.

Quanto aos pedidos enquadrados em “Outros”, tivemos alguns pedidos de providências mais genéricas, difíceis de enquadrar nas categorias criadas, e algumas demandas muito interessantes, como pedidos de criação de políticas públicas complexas para diminuir a situação de animais de rua, demanda de reintegração empregatícia de profissional assediada ou até mesmo o pedido de ajuda para encontrar uma pessoa que teria eletrocutado um ratinho e postado o vídeo na internet. Nesse sentido, destaco três pedidos muito diversos do que em geral aparecia nos abaixo assinados: i) retirada de monumentos e estátuas dedicadas a pessoas racistas, como

nas petições “Chega de homenagear racistas! Aprove o PL 404/2020” e “Retirem as estátuas racistas da Cidade de São Paulo”; ii) que os veículos da mídia tratem os homicídios de pessoas negras por forças policiais como genocídio, no abaixo-assinado denominado “Meios de comunicação, tratem a violência com negro (as) no Brasil como GENOCÍDIO!”; e iii) aprovação de projeto de lei que estabelece que animais passem a ter natureza jurídica *sui generis*, como sujeitos de direitos despersonalizados, o que significaria que não mais possuiriam natureza de objeto, proveniente da petição “Aprove o PLC 27.18 Animal Não é coisa”.

Seria possível fazer uma análise extensa levando em consideração só os pedidos contidos nesses abaixo-assinados. Infelizmente, não é possível aprofundar com análises mais complexas por variados motivos. No entanto, para o fim proposto, é possível afirmar que, no que se refere ao termo “justiça” e às demandas mais comumente requeridas por parte daqueles que criam petições com pautas progressistas, temos que os pedidos mais frequentes são os com caráter mais punitivo, especialmente aqueles que representam a mobilização ou incremento do sistema criminal. Ainda assim, percebemos atenção também para medidas diversas, como sanções administrativas e institucionais, bem como pedidos referentes a políticas públicas de apoio e proteção às vítimas e campanhas de conscientização e capacitação para uma sociedade melhor. A heterogeneidade dos pedidos se confirma na análise aqui realizada, mas é difícil ignorar o impulso punitivo das providências mais requeridas.

3.6 Por que se pede?

Novamente, os mesmos problemas relativos à simplificação necessária para o exercício de classificação dos pedidos, também são encontrados neste momento de análise das justificativas dos pedidos. Por conta da heterogeneidade das formas de argumentação em um abaixo-assinado, ousou dizer que aqui foi ainda mais difícil estabelecer os critérios de classificação e as réguas de análise. Além disso, alguns resultados interessantes serão apresentados à parte da classificação adiante explicada.

Com o fim de categorizar a ordem das justificativas, utilizamos categorias amplas: a) Descritiva: seriam aquelas que descrevem o caso ou o problema, seja com suas próprias palavras, seja com o auxílio de reportagens ou outros instrumentos textuais; b) Jurídica/institucional: aquelas que evocam a transgressão a uma norma jurídica ou institucional, ou o trâmite jurisdicional ou institucional, ou até mesmo conceitos jurídicos como forma de

argumentação; c) Moral⁵²: a utilização de intensa adjetivação, com alta carga moral na comunicação, ou a utilização de argumentos explicitamente ligados à moral; d) Pessoal: quando o peticionário se utiliza de argumentos que viveu diretamente, ou que acompanhou diretamente, evocando sua experiência pessoal no problema ou caso em apreço; e) Social: aquelas que evocam questões relativas a problemas sociais, à discriminação, à opressão vivida por determinados grupos, muitas vezes se utilizando de dados que demonstram a injustiça em tela; f) Outros: argumentos que não podem ser subsumidos nas categorias anteriormente mencionadas, como aqueles estritamente políticos, científicos, ambientais, médicos, dentre outros que analisarei mais à frente.

Além das categorias mencionadas acima, foram utilizadas duas categorias com o fim de identificar os abaixo-assinados que praticamente não possuem qualquer justificativa: “Sem justificativa” e “Meramente descritiva”. Na primeira, autoexplicativa, há duas petições que não detêm qualquer argumentação, somente pedidos – um dado curioso é que uma delas se trata de uma das petições mais punitivas dentre as analisadas⁵³. Na categoria “Meramente descritiva”, temos sete abaixo-assinados que se limitam a descrever o caso ou o problema, sem nenhuma conexão escrita entre o problema ou o caso concreto e o pedido respectivo, sendo que uma das petições sequer apresenta um pedido concreto além de “justiça”⁵⁴. Em geral, a descrição é parte da argumentação no sentido em que situa e sensibiliza o leitor, e em conjunto há alguma justificativa de outra ordem realizando alguma ligação com o pedido realizado. Nesses casos, para o peticionário, somente a descrição pareceu bastar, como se a justificativa diante dos pedidos estivesse já implícita diante da injustiça contida na mera descrição dos fatos.

Abaixo, segue tabela com a quantidade de petições que mobilizaram argumentos de acordo com as categorias já apresentadas:

⁵² A categoria de ordem moral foi a que me trouxe mais problemas. Isso ocorreu por dois motivos: em primeiro lugar, por conta de uma limitação pessoal, eis que, em geral, eu estou plenamente de acordo com os valores defendidos nas petições em análise, mesmo que possa vir a discordar das providências requeridas, já que me identifico com pautas progressistas. Além desse obstáculo analítico, estabelecer como critério a mera tentativa de imposição de uma moral seria amplo demais, eis que todo abaixo-assinado é, de certa forma, um instrumento postulatório e de convencimento, mesmo que feito de diversas maneiras, tendo assim uma moral defendida em seu bojo. Por isso, tentei estabelecer critérios analíticos mais objetivos, como o de intensa adjetivação, alta carga moral na comunicação textual e a utilização de argumentos explicitamente relativos à moral e à ética do agente ou da situação em tela.

⁵³ “Prisão sem fiança e progressão para feminicídio”, já mencionada anteriormente nos itens relativos às dificuldades de pesquisa e à adesão. A outra é “Proteção das crianças”, também já mencionada na seção referente à adesão.

⁵⁴ Referente à petição “#JustiçaporJady”, também já mencionada anteriormente.

Categoria ou ordem	Nº de petições
Descritiva	68
Jurídica ou Institucional	78
Moral	94
Pessoal	11
Social	60
Meramente descritiva	7
Outros	42

Tabela 15 – Ordens das justificativas

Como se depreende do quadro acima, a utilização de uma notável carga moral ao longo da comunicação textual é o recurso argumentativo mais utilizado ao longo das petições. A classificação dos atos ou questões sociais em tela como repugnantes, cruéis, inaceitáveis e monstruosas, bem como a caracterização do autor desse fato como monstro, cruel, marginal, criminoso ou bandido, consiste em recursos recorrentes dentro dessa ordem de argumentação. Assim como a ordem descritiva de argumentação, em geral – mas não exclusivamente – a justificativa de ordem moral é acompanhada de outras categorias.

Logo em seguida, temos a categoria jurídica ou institucional, na qual são empregadas normas jurídicas ou institucionais que teriam sido violadas, bem como suscita os trâmites institucionais ou jurisdicionais para justificar seus pleitos. Temos que essa forma de argumentação se dá por diversos modos: algumas petições somente mencionam o crime que o agente teria cometido, após alguma descrição; outras, fazem referência expressamente a dispositivos específicos da lei ou de normativas ou resoluções, demonstrando algum conhecimento das normas vigentes; algumas não só evocam os dispositivos, como também os colocam na íntegra ao longo do texto, facilitando sua subsunção ao fato destacado como reprovável; e outras recorrem às problemáticas e injustiças do próprio procedimento institucional ou jurisdicional. De toda forma, é importante pontuar que nem sempre esses argumentos são juridicamente corretos, e muitos são feitos de forma bem simples, como uma rápida menção a essas violações, que já ensejariam os pedidos realizados.

Como a terceira categoria mais utilizada, temos a ordem descritiva. Em geral, essa categoria se mostrou subsidiária, eis que somente sete petições fazem recurso a ela exclusivamente, como já explicado. A descrição pode ser rápida, inferindo que o leitor já tem

conhecimento de parte do acontecimento que ensejou a criação da petição, ou mais alongada, descrevendo de forma pormenorizada o ocorrido ou o problema social em apreço. Parte considerável dessa descrição é realizada a partir de vídeos e principalmente reportagens, às quais o peticionário utiliza exatamente o texto da notícia, bem como por meio de links que dão suporte à descrição realizada pelo peticionário. Há, também, as descrições feitas integralmente pelo peticionário, e algumas delas detêm descrições de ordem pessoal, que é uma outra categoria a ser analisada.

A ordem social é também mobilizada com frequência ao longo das justificativas analisadas, o que pode ser considerado um resultado esperado, tendo em vista que as petições analisadas foram aquelas relativas às causas de movimentos sociais, relacionadas com as discriminações e injustiças sociais ainda vigentes na nossa sociedade. Esse recurso se deu tanto a partir da utilização de dados concretos que demonstrassem essa situação de discriminação e desigualdade, quanto por meio da exemplificação de casos recorrentes na sociedade do problema em apreço, demonstrando que a questão ainda era problemática e frequente na sociedade brasileira. Além disso, reputar, fundamentadamente, a prática do acontecimento reprovável à incidência do machismo, do racismo e da LGBTfobia também foram consideradas justificativas de ordem social, e presentes em muitos abaixo-assinados estudados.

Por último, uma modalidade de argumentação existente, mas menos recorrente que as demais, foi a de ordem pessoal, na qual o peticionário explica sua vivência na situação ou problema social como forma de demonstrar a importância da pauta, e sensibilizar o leitor no sentido de compreender “na pele” o sofrimento descrito. Em geral, é também acompanhada de outras ordens, como a descritiva e a jurídica. Assim, a experiência pessoal e o sofrimento vivenciado dão credibilidade ao texto da petição e endossam a justificativa e o pedido realizado.

Destoando das categorias explicadas acima, temos a classificação de “Outros”, que abarcou categorias com pouca expressão que não poderiam ser subsumidas nas ordens acima, como política, científica, ambiental, histórica, econômica ou médica, que continham argumentações mais rebuscadas, com uma explicação mais aprofundada. Além disso, foi possível notar, ao longo da análise mais aprofundada das justificativas, a recorrência de alguns recursos argumentativos interessantes, que também foram incluídos nessa categoria residual.

Um recurso recorrente é o apontamento do sofrimento injusto que a família da vítima ou que a vítima estaria sentindo, destacando como essas pessoas não fizeram nada para merecer aquele acontecimento, ou as consequências graves que restaram para a família ou vítima. Dois exemplos disso são as petições “Vidas Trans Importam: Justiça pela barbárie contra Cibelly do Pará” e “Onde está Cadu”, que apontam, respectivamente, as graves consequências sofridas pela vítima do ato de violência e o sofrimento da família diante do desaparecimento.

Além disso, foi possível identificar dois argumentos bem específicos que apareceram com certa frequência relativos a duas causas sociais: a) o primeiro, referente à causa animal, justifica o pedido no sentido de que se o agente foi capaz de fazer aquele ato de crueldade ou violência contra um animal, poderia vir a fazer com humanos, justificando assim sua punição ou alguma ação para conte-lo – a petição “Justiça por Vitória e leis mais severas para crimes praticados contra os animais”, inclusive, suscita o risco de agressores de animais se tornarem psicopatas; b) o segundo, que denota a lógica racista na qual certas pessoas acabam precisando se justificar em nossa sociedade, é relativo a abaixo-assinados da causa antirracista, nos quais há declarações aferindo a idoneidade da vítima, no sentido de não ter antecedentes criminais e ser pessoa honesta, como nas petições “Justiça por Bryan” e “Prisão IMEDIATA para racista que humilhou um entregador em Valinhos-SP”.

Ademais, o uso de determinados chavões é muito recorrente, como a expressão de “não aceitaremos nada além de justiça na íntegra” e demais expressões que mobilizam a noção e o termo “justiça”, mas sem constituir necessária e diretamente como parte do pedido, como no abaixo-assinado “Queremos investigação e punição para policiais militares que cometeram agressões em SP”. Ainda quanto aos chavões, há também muitas manifestações de irresignação diante de determinada situação, na lógica de que tais condutas não serão mais aceitas, sendo a petição e o pedido de providência um instrumento para demonstrar esse sentimento, como nas petições “Justiça por Neia” e “Punição à empresa Bombril S.A. pelos atos criminosos de racismo as pessoas negras”.

Além desses argumentos diversos dos categorizados inicialmente, temos que a justificativa mais frequente foram aquelas adotando uma lógica retributiva, com um total de doze petições nesse sentido. Nessa lógica, a punição apresenta-se como um imperativo lógico diante de determinado mal que um agente possa ter cometido, sem uma justificativa mais ampla

além da necessidade de punir ou fazer alguém pagar por conta de algum ato reprovável cometido por essa pessoa. É possível destacar alguns abaixo-assinados nesse sentido, como “JUSTIÇA POR UM GAROTO DE 11 ANOS QUE ERA MANTIDO EM CÁRCERE PRIVADO” e “Queremos uma Delegacia de Proteção aos Animais no Rio de Janeiro JÁ!”.

De forma diversa, mas parecida, apresentando argumentação que endossa uma lógica punitiva, temos que 36 petições recorrem ao termo “impunidade” ou a expressões correlatas quando da justificativa para os pedidos realizados. Não é possível igualar tais manifestações a um pedido que se funda na retribuição do mal causado por si só, mas tantas petições recorrerem a essa expressão denota um anseio punitivo que não estaria sendo correspondido pelo aparato punitivo estatal. “Impunidade” é um termo que daria um trabalho acadêmico por si só, dada toda a sua complexidade, mas considero que, nesse contexto, pode indicar a predominância de uma lógica retributiva.

Assim como contabilizei as petições que recorriam, de alguma forma, à impunidade, pois notei a recorrência de argumentações nesse sentido, percebi também a frequência que argumentos que direcionavam a necessidade de providências com o fim de prevenir a ocorrência de determinados atos considerados reprováveis. Foi possível identificar 29 petições que argumentavam nesse sentido. Apesar de alguns poucos abaixo-assinados apresentarem justificativas não punitivas com finalidades preventivas, como a petição “ALTERAÇÃO da Lei Maria da Penha. Pelas vidas das Mulheres”, grande parte se relacionava com o poder de dissuasão da punição, tanto perante o criminoso, quanto como forma de exemplo, diante de toda a sociedade, como no abaixo-assinado “JUSTIÇA PELA THAYLANNE”, que assim aduz: “(...) Se não houver punição, isso pode abrir portas para que casos semelhantes se repitam”.

Analisei, de forma destacada, o aparecimento das noções relativas à impunidade e à prevenção por considerá-las relevantes, por perceber sua frequente recorrência nas petições analisadas, mas principalmente pela dificuldade de classificá-las em qualquer uma das ordens já explicadas sem retirar boa parte da complexidade que tais dados apresentam. De todo modo, esses dados indicam algo importante, a ser melhor desenvolvido: parte expressiva das argumentações contidas nos abaixo-assinados estudados retoma, de alguma forma, as teorias da pena desenvolvidas no século XIX, especificamente as teorias da retribuição e da dissuasão.

Além dessa conclusão, foi possível identificar alguns recursos argumentativos frequentes, como a demonstração do sofrimento da vítima, a utilização de determinados chavões e os argumentos específicos que se repetem em determinadas causas sociais. Ademais, as ordens mais mobilizadas nos indicam a alta carga moral contida na comunicação textual desses abaixo-assinados, bem como a utilização de normas para fundamentar determinados pedidos, que muitas vezes também eram acompanhados da evocação das mazelas sociais que podem ter ensejado o caso ou problema em apreço. Com esses resultados, foi possível mapear parte da argumentação utilizada em demandas de cunho social.

4. A REATIVACÃO DA RACIONALIDADE PENAL MODERNA E AS PETIÇÕES ONLINE

É possível realizar uma variedade de análises a partir dos dados aqui coletados e examinados, incluindo desenvolvimentos acerca de como a opinião pública se manifesta na *internet*, da atuação dos movimentos progressistas, do conceito de justiça para a maior parte das pessoas, dos recursos linguísticos para angariar adesão a causas relevantes e das demandas por responsabilização ou transformação social como um todo, dentre outras possibilidades. Muitas abordagens interessantes, infelizmente, ficaram de fora por conta das limitações de tempo, espaço e recursos para a realização deste trabalho monográfico e da pesquisa de iniciação científica como um todo. A intenção, posteriormente, é a realização de um aprofundamento e aperfeiçoamento maior na consolidação e análise do material empírico aqui exposto, abarcando também outras abordagens e, possivelmente, outros quadros teóricos.

Inicialmente, a ideia era trabalhar com os conceitos de empreendedorismo moral, cruzadas morais e pânico moral, todas em geral utilizadas para compreender reações conservadoras. Entretanto, ao longo da pesquisa, foi possível concluir que o quadro teórico não se mostrava adequado para o material empírico analisado. Cabe explicar rapidamente seus conceitos, para depois apontar o porquê da exclusão dessas noções do critério de análise.

Pânico moral, termo popularizado por Cohen (1972), em seu livro "Folk Devils and Moral Panics: The creation of Mods and Rockers", seria uma reação de pânico ocasionada pela sinalização de um episódio, agente, condição ou grupo de pessoas como uma ameaça para a sociedade. Essa reação desmedida seria ressonante em diversos atores sociais, em especial a mídia, a população e agentes estatais, como políticos, juízes e policiais. O pânico moral pode se dissipar após um determinado tempo e ser esquecido, mas pode, também, produzir mudanças de grande impacto na sociedade, como inovações legislativas ou relativas a políticas públicas.

Consoante Ben-Yehuda e Goode (2009, p. 37/43), o pânico moral deteria os seguintes elementos: a) grande preocupação acerca do comportamento dessa condição, situação ou grupo escolhido; b) hostilidade direcionada ao objeto de preocupação; c) certo consenso em torno da alegada ameaça; d) desproporção entre a ameaça ou problema real e o perigo imaginado e disseminado; e) volatilidade do episódio de pânico. É nesses elementos, em especial na

característica relativa à proporcionalidade, que reside o problema de adequação: nenhuma das pautas sociais detém uma atenção desproporcional da mídia, da população ou dos governantes diante da enormidade do problema em questão. Ao contrário, para combater os alarmantes números relativos aos crimes relacionados com o machismo, com a homofobia ou com o racismo, por exemplo, o alarde feito em decorrência dessas pautas não é desproporcional, e a sociedade parece estar diante da omissão do poder público, que deveria se empenhar em ações mais efetivas para coibir tais ações. A referida desproporção é uma das principais características de um episódio de pânico moral – não sendo possível reconhecê-la nas situações defendidas nos abaixo-assinados, não podemos considerar esse quadro teórico como adequado.

Empreendedores morais, de acordo com Becker (2008), são, resumidamente, aqueles que criam e aplicam regras sociais, formando, assim, um código de conduta, e por meio da transgressão deste código é produzido o desvio. Por meio das cruzadas morais, os empreendedores morais tentam impor sua moral de forma universal, irrestrita e quase missionária, não sendo tão relevantes os meios para alcançar esse fim. De forma semelhante ao da constatação acima, temos que pessoas empáticas a causas sociais ou militantes da causa não são meramente cruzados, que desejam impor sua moral de forma universal e indiscriminada por acreditar que esse é o melhor para a sociedade e para aqueles que agem em desacordo com essa moral. Na verdade, da análise dos pedidos das petições acima, a imensa maioria deseja segurança na efetivação de seus direitos, eis que na sociedade brasileira não é possível exercê-los em sua plenitude. É possível que haja aqueles que utilizam as pautas sociais como cruzadas morais – não é impossível encontrar ativistas que instrumentalizam pautas coletivas, baseadas em opressões sistemáticas, em prol dos seus interesses. No entanto, não é possível dizer que essa é a regra, e não parece ser o caso do material empírico aqui analisado.

Ainda que os meios propostos pelos peticionários para alcançar essa sociedade mais justa possam ser considerados equivocados ou dotados de alguma moral – no caso, talvez uma moral punitiva –, a comparação entre petições acerca de crimes violentos contra minorias e a tentativa de imposição de uma moral universal não soa adequada: parece, ao contrário, uma definição que não dá conta da complexidade das demandas e justificativas ali contidas, eis que o objetivo, em grande parte desses abaixo-assinados, é prevenir ações violentas que impedem o exercício da liberdade plena de determinadas pessoas⁵⁵. Mesmo com a frequente proposição

⁵⁵ Ou da proteção da vida ou integridade física dos animais, no caso da causa animal.

de novas normas jurídicas nas petições, este quadro teórico parece não fornecer o subsídio para uma análise adequada, simplificando uma forma de ação pela efetivação de direitos básicos (liberdade, segurança, vida) à mera tentativa de imposição de um código de conduta moralista – não se trata de uma guerra ideológica, mas da reafirmação de direitos conquistados ao longo da história por movimentos sociais.

Assim, mesmo com a enormidade de temas e autores possíveis para dar conta deste tema complexo, para a abordagem aqui pretendida, o enquadramento teórico que me pareceu mais adequado à análise dos resultados obtidos é o sistema de pensamento relativo à racionalidade penal moderna.

Antes de explicitar o porquê da escolha e como que esse quadro se relaciona com os resultados expostos anteriormente, cabe explicar o que é a racionalidade penal moderna. A racionalidade penal moderna seria um sistema de pensamento que concebe o sistema criminal como diferente e apartado de outras áreas do direito, dificultando a aplicação de sanções diversas daquelas entendidas como “penas aflictivas”, de aplicação obrigatória diante de fato entendido como crime (PIRES, 2004, p. 40/41; XAVIER, 2010, p. 274 e ss). Para dar conta de justificar essa obrigação de atribuir penas que inflijam sofrimento de modo a excluir soluções alternativas (e não punitivas), esse sistema de pensamento se utiliza do conjunto das teorias da pena, ainda que detenham ideias contraditórias entre si, que dão conta de formar uma sistemática de diretrizes a partir de seus pontos comuns (XAVIER, 2010, p. 274/275).

Conforme sistematiza Xavier (2010, p. 286 e ss), as quatro teorias que compõem o eixo principal da racionalidade penal moderna são as teorias da retribuição, da dissuasão, da denunciação e da reabilitação. Em resumo, a teoria da retribuição seria relativa a uma noção kantiana da pena, na qual a pena constituiria a aplicação obrigatória do mal àquele que fez o mal, de forma proporcional e por meio do aparato estatal, com a finalidade de fazer justiça, tornando-se um imperativo moral. A teoria da dissuasão, por sua vez, relaciona-se com a noção de prevenção: havendo punição certa para aquele que cometer crime, tanto o agente não irá reincidir (prevenção especial), quanto aqueles que compõem a sociedade, ao ter certeza da intimidadora resposta estatal em face do cometimento do crime, serão dissuadidos de transgredir a norma (prevenção geral).

A teoria da denunciação daria conta de utilizar a pena aflictiva como forma de sinalizar a transgressão a uma norma de relevância na sociedade, denunciando a “desaprovação pública de algo”, detendo uma natureza simbólica (PIRES, 2004, p. 53). Já a teoria da reabilitação defende a punição como forma de educar o criminoso a não mais incorrer em atos criminosos, tornando a pena criminal uma intervenção “terapêutica ou educacional” (PIRES *apud* XAVIER, 2010, p. 287), reabilitando o indivíduo.

Além da mobilização das noções das teorias da pena, a racionalidade penal moderna detém alguns princípios diretores, que irão auxiliar a compreensão desse sistema de pensamento para dar conta da complexidade do conteúdo das petições online analisadas. Conforme exposto por Xavier (2010, p. 279 e ss), destacam-se os seguintes princípios:

A) o direito de punir, que se converteria em uma “obrigação de punir em sentido estrito” (PIRES *apud* XAVIER, 2010, p. 280), a ser adaptada com alguma justificativa relativa à teoria da pena correspondente⁵⁶, mas nunca prescindindo da obrigatoriedade de aplicação de pena como reação;

B) a pena como meio de sofrimento, trazendo a noção de uma “legitimação dada ao sofrimento”, que daria o “status de resposta legítima ao crime” (XAVIER, 2010, p. 281), excluindo, assim, soluções conciliadoras para conflitos penais, eis que uma sanção sem sofrimento não seria punição verdadeira diante do cometimento de um crime;

C) a proteção da sociedade, que se daria pelo sistema penal, que seria acionado quando último recurso, possibilitando assim uma reação punitiva diante do infrator, que seria vislumbrado a partir de uma visão hostil, concebido como inimigo da sociedade, que deverá sofrer de forma proporcional ao bem que ofendeu com seu crime;

D) e, por último, outras características da racionalidade penal moderna, como a noção vaga de proporcionalidade entre o bem ofendido e a punição a ser aplicada, que seria convertida na gradação de sofrimento a ser infligido, assim como a ideia de responsabilidade diante de

⁵⁶ Conforme exemplifica Xavier (2010, p. 281): “Sem punição, não se faz justiça (retributivismo); sem punição, a sociedade vira um caos, pois nada nos impedirá de transgredir a norma (dissuasão); sem punição, não se pode estabelecer medidas terapêuticas para o infrator (reabilitação); sem punição, não se reafirma a norma, não se responde às expectativas da sociedade (denunciação)”.

crime, que nas teorias da pena “prega a distribuição de um sofrimento como tradução dessa responsabilização” (XAVIER, 2010, p. 284).

A partir dos resultados já explanados, é possível perceber indícios desses princípios da racionalidade penal moderna em diversos discursos contidos nos abaixo-assinados examinados. Além disso, da leitura das justificativas para os pedidos realizados, é possível encontrar grande ressonância das teorias da pena retributiva e dissuasiva, sendo possível também apontar para a utilização das petições e dos pedidos de aplicação da lei penal como forma de denunciar atos tidos como reprováveis – denotando, assim, alguma similaridade também com a teoria da denunciação.

Para grande parte dos abaixo-assinados, a aplicação de pena se tornou um imperativo lógico, não sendo prescindível diante da reprovabilidade do ato em apreço, sendo muitas vezes manejado, em conjunto, termos relativos à “impunidade”. Nesse sentido, aduz Pires:

(...) estabiliza-se a suposição de que a sanção que afirma a norma no direito penal deve ser estritamente negativa, de modo que entre o crime e a sanção deve haver uma identidade de natureza: uma vez que o crime é visto como um mal (de ação), a pena também deve ser concebida como um mal (de reação), buscando direta e intencionalmente produzir um mal para “apagar” o primeiro mal ou para efeito de dissuasão. (PIRES, 2004, p. 42)

Da mesma forma, é expressivo o número de petições que argumentam no sentido de a punição existente não ser suficiente ou com expressões amplamente punitivas, para punir mais e com mais severidade⁵⁷. Indica, portanto, como se a real e legítima punição fosse aquela que infligisse sofrimento, mas um sofrimento de alguma forma proporcional ao mal causado – seja por motivos de retribuição, de dissuasão ou de denunciação⁵⁸. Reitera, assim, a lógica de que “é a pena afliativa que comunica o valor da norma de comportamento e o grau de reprovação em caso de desrespeito”, havendo uma relação “necessidade e identidade” entre a norma violada e a pena afliativa, em especial a prisão (PIRES, 2004, p. 41/42).

O princípio relativo à proteção da sociedade é muito ressonante nos textos analisados – uma enormidade de petições faz suas demandas punitivas justificando, de variadas formas, que isso trará o bem para a sociedade. Seja por deter aquela pessoa, seja por ensinar aos outros que

⁵⁷ Havendo expressões desde “sejam tratados como bandidos da pior espécie”, assim como pedidos fundamentados de aumento de pena, pois a pena existente não resulta em prisão.

⁵⁸ Não vislumbrei, ao longo dos abaixo-assinados, justificativas relativas à teoria da reabilitação.

não devem agir dessa maneira ou para afirmar que a sociedade não mais tolerará esse tipo de conduta. Nesse sentido, a “visão hostil do infrator” também é recorrentemente manejada, sendo o agente referido com termos altamente pejorativos⁵⁹ e como alguém que pode vir a fazer ainda mais mal à sociedade se não for contido. Por meio da defesa da severidade penal em seus variados formatos (redução de benefícios, criação de crimes, aumento de penas etc.) a fim de manter preso por mais tempo este “inimigo da sociedade”, considera-se que um “procedimento penal hostil” seria um adequado “meio de defesa contra o crime” (PIRES, 2004, p. 43).

É também por meio da racionalidade penal moderna que podemos tentar entender como a tentativa de efetivação de pautas sociais, em geral defendidas por aqueles preocupados com direitos humanos, muitas vezes é realizada por meio de demandas punitivas, conforme visto nos resultados deste trabalho. Pires (2004, p. 45 e ss) compreende que até não conservadores podem admitir as violações de direitos humanos que estão incluídas em qualquer pedido de incremento punitivo ao abraçar ideais das teorias da pena. Uma das soluções, nesse sentido, seria separar o humanismo da justiça, compreendendo que o favorecimento do crime ocorreria diante da tolerância, traduzida na falta de punição ou pela insuficiência em sua aplicação. Assim, não punir uma transgressão significaria uma injustiça, e toda essa lógica é subsidiada pela racionalidade penal moderna, por meio da qual “o verdadeiro humanismo estaria dirigido aos cidadãos honestos, à vítima e à humanidade abstratamente considerada” (PIRES, 2004, p. 47).

Além disso, a reativação da racionalidade penal moderna percebida nas petições online se relaciona com a “juridicização da opinião pública e do público pelo sistema penal”, conforme explicado por Pires:

Neste processo, o público começa a ser observado, descrito e percebido como um componente do sistema penal, o qual, a fim de integrá-lo, cria novos mecanismos jurídicos e teorias ou reativa mecanismos que estavam adormecidos. Trata-se de diversas formas de integração, que vão muito além do papel estrito e bem-delimitado do júri ou ainda do simples papel de espectador de suplicios públicos ou de rituais judiciários, de modo que o público deixa de ser um simples destinatário da norma jurídica ou mais um aspecto do ambiente do sistema penal para se tornar um critério na construção da justiça. (PIRES, 2004, p. 49)

Não é possível afirmar que as petições são sempre um fator determinante para o incremento do sistema penal, mas é importante considerar alguns aspectos de seu conteúdo com

⁵⁹ A título de exemplo, termos como “monstro”, “bandido”, “criminoso”, “marginal”, dentre outros.

relação ao exposto acima. Em primeiro lugar, é difícil não correlacionar essa integração com um dos maiores exemplos de pressão por meio de petição para a criação de uma lei: as diversas petições para a aprovação da Lei Sansão, que aumentou a pena para maus tratos de cães e gatos, e possibilitou a aplicação da pena de prisão⁶⁰. Conforme já explicado, os ativistas pela causa animal se utilizam amplamente dos abaixo-assinados *online* com o fim de promover pressão nos mais diversos órgãos, inclusive para fins de criação de leis penais e atribuição de responsabilidade.

Além disso, de acordo com os resultados já explanados, uma expressiva quantidade de petições pretende influenciar tanto na criação legislativa relativa às leis penais, promovendo um incremento punitivo, como também na aplicação de pena para responsáveis por crimes considerados abjetos, com o fim de aumentar a severidade da pena e, com essas ações, promover justiça. Assim, os peticionários pretendem, efetivamente, influenciar na aplicação do direito penal e no sistema criminal como um todo, como forma de obter justiça.

Esse aspecto muito se relaciona com o exposto por Pires (2004, p. 49 e ss), de que essa integração da opinião pública no sistema penal promove uma problemática interação deste último com o sistema político, promovendo o que o autor chamou de um “efeito de desdiferenciação do sistema penal em relação ao sistema político no quadro da construção jurídica da noção de justiça” (PIRES, 2004, p. 49). Com isso, há maior atenção para as demandas de criação de normas punitivas, e não só para normas de comportamento, como as proibitivas, mas sim demandando por maior severidade penal. Nesse sentido, os pedidos compreendidos nesse trabalho parecem estar em consonância com o que diz o autor: há intensa recorrência de pedidos de aumento de pena, diminuição dos benefícios de execução da pena (como progressão de regime e liberdade condicional), diminuição de garantias penais e criação de novos crimes.

⁶⁰ Ainda que sua aplicação não seja tão provável na prática por diversos motivos que não serão explicados neste trabalho, o aumento da pena possibilitou a fixação de regime inicial diverso do aberto, a depender da pena efetivamente aplicada. Antes, a pena prevista para o crime de maus-tratos era de três meses a um ano de detenção, que vedava a fixação de regime fechado. Hoje, se o crime foi perpetrado contra cão ou gato, o crime resta qualificado, sendo cominada a pena de dois a cinco anos de reclusão, o que possibilita a aplicação de regime inicial fechado, isto é, a aplicação da pena de prisão.

Todos esses pedidos são elaborados como forma de se obter justiça, que por si só é um termo vago, e influencia a sua noção dentro do sistema criminal estatal, conforme a problemática exposta por Pires:

Com a recepção do público pelo sistema penal, aquele começa a participar direta e indiretamente do saber jurídico e das decisões dos tribunais na determinação do que é “direito” ou “justiça”. Participa diretamente quando os tribunais se referem explicitamente ao clamor público, à opinião pública ou à mediação de um caso a título de critério pertinente para tomar ou justificar uma decisão (‘expressar a opinião do público’). A participação pode se dizer indireta quando os tribunais se atribuem a função de “orientar o público”, “guiar a opinião pública” ou quando atualizam uma teoria da pena que foi construída tendo em vista o público. Uma vez modelada pela racionalidade penal moderna, essa recepção tende a se orientar na direção da pena afliitiva e torna-se problemática do ponto de vista da função do sistema jurídico, mas também pode ser considerada problemática do ponto de vista moral por um observador externo à racionalidade penal moderna. (PIRES, 2004, p.51)

Não há provas de que a pressão realizada por petições *online* já influenciou julgamentos ou justificou decisões. No entanto, há petições⁶¹ que colocam na parte relativa às atualizações do caso agradecimentos aos que assinaram, eis que algumas demandas ali requeridas foram atendidas – é difícil medir se a pressão concretizada no abaixo-assinado tem causalidade com a satisfação do pedido. Além disso, muitas petições pretendem denunciar uma situação inaceitável e indicar a irresignação diante de possível injustiça – com isso, possuem a intenção de influenciar em julgamentos e decisões, com o fim de assegurar que a justiça será feita⁶². Inclusive em julgamentos já ocorridos, há casos de petições requerendo um novo julgamento, por entender a decisão anteriormente tomada como injusta⁶³.

Com isso, é possível perceber que as petições se tornaram uma forma de identificar parte do clamor público e da opinião pública diante de alguma causa social a ser defendida ou de algum caso concreto sensível a essas causas. Tendo a concluir, também, que um abaixo-assinado é um instrumento postulatório, mas também denunciatório de indignação perante situações tidas como inaceitáveis. Talvez a utilização disseminada dessas petições possa, inclusive, fazer com que elas sejam consideradas um novo canal de comunicação informal entre a opinião pública e o sistema criminal.

⁶¹ Como a “Justiça por Miguel” ou “Justiça para o Jefferson: queremos a prisão do agressor que quase tirou sua vida”, por exemplo.

⁶² Como a petição “Vaquejada não é cultura, é tortura!”, que demandava que o Supremo Tribunal Federal mantivesse seu posicionamento original e considerasse a prática da vaquejada como inconstitucional.

⁶³ Ocorreu principalmente em petições relativas ao Caso Mariana Ferrer.

No entanto, apesar de todo o exposto, não considero adequado afirmar que o manejo de argumentos que reativam a racionalidade penal moderna, ao longo das petições aqui analisadas, excluem completamente a aplicação de soluções alternativas. Os resultados relativos aos pedidos denotam também expressiva atenção a demandas não punitivas, relacionadas com trabalhos de conscientização e capacitação, bem como de prevenção (em um sentido não punitivo) aos atos rechaçados nos abaixo-assinados. Dessa forma, há uma indicação de que a preocupação nas demandas provenientes de causas sociais não é exclusivamente a punitiva, de somente dar conta do responsável pelo crime (se existir), mas também de resolver o conflito e criar soluções para o problema social em um contexto mais amplo.

Assim, é possível ver indícios, por todo o exposto, de que as petições *online* examinadas, a partir dos textos que as instruem, promovem uma reativação da racionalidade penal moderna por meio de uma nova forma de comunicação, mas se utilizando de ideias antigas. Conceitos que remontam à retribuição, dissuasão, denúncia, proporcionalidade, responsabilidade, proteção da sociedade e direito de punir, ainda que não explicitamente (XAVIER, 2010, p. 290), parecem ser comuns na argumentação de abaixo-assinados com pautas sociais. Com isso, atualizam o explanado sistema de pensamento no âmbito da opinião pública, mas também impulsionam mudanças criminais e políticas nesse mesmo sentido.

5. CONCLUSÃO

Inicialmente, conforme já exposto na introdução, a ideia era de compreender as demandas punitivas e novas estratégias empregadas por movimentos progressistas na efetivação de direitos. Isso porque este trabalho de conclusão de curso é fruto de quase um ano de iniciação científica, que estava inserido em um projeto de pesquisa mais amplo, que também abarcava outros diversos trabalhos. No entanto, ao nos depararmos com o fértil terreno de análise que foi o das petições online, a pesquisa aos poucos tomou outros rumos, e por conta disso é possível que tenhamos, ainda no início, tomado algumas decisões metodologicamente questionáveis. Ainda assim, mesmo com todas as dificuldades encontradas tanto durante a pesquisa quanto no tratamento dos dados aqui explanados, creio que foi possível chegar a algumas conclusões e indícios interessantes acerca desses novos instrumentos postulatórios.

Diferentemente do proposto no início, esta pesquisa se debruçou, verdadeiramente, sobre as causas sociais normalmente identificadas como progressistas, e não necessariamente sobre movimentos progressistas organizados, conforme já explicado de forma pormenorizada na seção relativa aos peticionários, que são, majoritariamente, pessoas que alegadamente sentem empatia pela respectiva causa. Assim, muitos dos dados aqui expostos parecem ser relativos à opinião pública referente a essas causas sociais. Fica pendente um aprofundamento teórico quanto à opinião pública, assim como outras abordagens e análises que eu gostaria de ter feito, mas por limitações de espaço e tempo, não pude realizar.

Ao longo da análise do material empírico, pude contar de dar um breve panorama acerca das dificuldades encontradas na pesquisa empírica com abaixo-assinados *online*, bem como acerca de sua adesão. Além disso, apresentei quem são os peticionários, para quem eles se endereçam e o que pedem. No decorrer da leitura dos textos que instruíam essas petições, foi possível entender alguns dos argumentos mais comumente mobilizados para justificar as demandas elaboradas, bem como compreender um pouco melhor como se dão os pedidos por justiça.

Os dados obtidos nos dão alguns indícios que se mostram relevantes diante do quadro teórico escolhido, que foi o da racionalidade penal moderna. Primeiramente, temos que os grupos mais demandados pelos peticionários são os relativos às instituições de Justiça e do

Poder Executivo, ainda que pedidos que mobilizam a aprovação de leis sejam frequentes, e especificamente se direcionam de forma maciça ao Ministério Público. Em segundo lugar, pedidos que clamam, qualquer seja o formato, por maior severidade penal, por vezes igualando-o à justiça, são recorrentes nas petições analisadas. Por último, as justificativas recorrentemente mobilizam noções relativas às teorias da pena, especialmente da retribuição e da dissuasão, bem como elementos de responsabilização, proporcionalidade e a utilização de expressões amplamente punitivas, manejando, também, uma comunicação textual altamente moralizante.

Levando tais indícios em consideração, é possível inferir que os abaixo-assinados compõem uma nova tentativa de comunicação entre os sistemas criminal e político, bem como que os argumentos e expressões utilizadas em seus textos promovem uma reativação da racionalidade penal moderna, reafirmando muitos de seus princípios. Entretanto, não podemos ignorar que muitas dessas soluções punitivas são acompanhadas de proposições não punitivas, com o fim de efetivamente resolver o problema de forma ampla, e não vislumbrando somente a neutralização de eventual transgressor. De todo modo, esses discursos parecem atualizar o sistema da racionalidade penal moderna, demonstrando a ressonância que as ideias das teorias da pena desenvolvidas há mais de dois séculos ainda possuem no imaginário público, mesmo em causas sensíveis aos direitos humanos.

No ano de 2020, alguns casos de muita repercussão foram levados para as plataformas de petições online, como o Caso Mariana Ferrer e ocorrências relativas ao movimento #vidasnegrasimportam. Ativistas e empáticos à causa animal parecem utilizar essa forma de luta há um bom tempo, tendo inclusive uma vitória recente com a aprovação da Lei Sansão, pauta que motivou inúmeros abaixo-assinados. E, ao longo da escrita deste trabalho⁶⁴, pude observar que há uma tendência na elaboração de petições para realizar pressão e alterar situações tidas como problemáticas ou injustas. Chamou a minha atenção o abaixo-assinado criado pelo pai do menino Henry, morto de forma violenta em contexto ainda a ser esclarecido⁶⁵, mas que vem recebendo grande cobertura midiática: na petição ele requer,

⁶⁴ Além do exemplo fornecido adiante, por conta do corte de verbas da UFRJ, recebi o abaixo-assinado chamado “Em defesa do orçamento da UFRJ”, disponível em: <<https://www.change.org/p/mec-comunicacao-mrribeiro-mec-em-defesa-do-or%C3%A7amento-da-ufrj>>. Outros diversos exemplos apareceram quando eu já havia terminado a coleta da amostra empírica a ser analisada.

⁶⁵ O Caso Henry consiste na apuração dos fatos acerca da morte de Henry, de quatro anos de idade, que, conforme a versão dos fatos apresentada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, teria sido agredido até a morte por seu padrasto, o então vereador Dr. Jairinho, e o crime só teria sido possível devido à omissão da mãe da criança. O caso suscitou debates sobre abuso infantil e sinais de violência contra crianças.

basicamente, a aprovação de uma lei que aumente a pena de crimes cometidos por padrastos contra enteados⁶⁶ - situação que teria ocorrido com seu filho.

Este poderia ser, facilmente, mais um dos casos examinados nesta pesquisa: um caso trágico, que atrai a atenção para um problema social grave, e que faz com que o público ou pessoas próximas à vítima defendam uma aprovação de lei (em geral, de caráter penal) para combater a situação. A utilização de petições *online* com fins correlatos parece, a meu ver, uma tendência importante, especialmente em causas sociais sensíveis. Creio que com esse trabalho foi possível examinar um pouco da enormidade da complexidade envolta no tema dos abaixo-assinados, trazendo alguma compreensão dos seus propósitos, e de qual forma manejam seus pedidos. Por conta dos diversos indicativos que podem ser extraídos do entendimento desses instrumentos, é possível que as petições *online* ainda motivem outros trabalhos empíricos, atraindo mais atenção para esta nova forma de demandar e denunciar pautas relevantes por meio da *internet*.

⁶⁶A petição está disponível em: <<https://www.change.org/p/senhor-presidente-da-c%C3%A2mara-dos-deputados-arthur-lira-aumento-de-pena-para-assassinato-de-crian%C3%A7as-quando-cometido-por-padrastos-e-madras>>.

6. BIBLIOGRAFIA

BECKER, Howard S. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. The Free Press, New York. 2008, p. 153-168.

BRASIL, Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: jan. 2021 e maio 2021.

BRASIL, Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: jan. 2021 e maio 2021.

BRASIL, Lei nº 14.064 (Lei Sansão), de 29 de setembro de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: jan. 2021 e maio 2021.

CAMPOS, A. C. A. **Internet e política: Uma análise dos sites de petições**. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) - Instituto de Estudos da Linguagem, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2015.

Caso Miguel: como foi a morte do menino que caiu do 9º andar de prédio no Recife. **Portal G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml>>. Acesso em: maio 2021.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. Londres: MacGibbon & Kee. 1972.

GOODE, Eric; BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral Panics: The social construction of deviance**. 2ª ed. Chichester: Wiley-Blackwell. 2009, p. 1-50.

NETO, Nelson L. Abaixo-assinado Justiça para Mariana Ferrer é o maior no Brasil em 2020, aponta Change.org. Alcelmo.com, **O Globo**, 2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/abaixo-assinado-justica-para-mariana-ferrer-e-maior-no-brasil-em-2020-aponta-changeorg.html>>. Acesso em: jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Human Rights Council. **Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment on his mission to Brazil, 2016**. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/014/12/PDF/G1601412.pdf>>. Acesso em: jan. 2021 e maio 2021.

Como funciona uma petição na Change.org. **Change.org**, 2020. Disponível em: <<https://www.change.org/start-a-petition?>>. Acesso em: set. 2020 e maio 2021.

PIRES, Alvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, vol. 1, n. 68, p.271-311, 2004.

PIRES, Alvaro. La formation de la rationalité pénale moderne au XVIIIe siècle. In: DEBUYST, C.; DIGNEFFE, F.; A., PIRES (Org.). **Histoire des Savoirs sur le Crime et la Peine 2**. Bruxelles: De Boeck Université, 1998.

STF, MANDADO DE INJUNÇÃO: MI 4733. Relator: Min. Edson Fachin. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>>. Acesso em: maio 2021.

STF, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO: ADO 26. Relator: Min. Celso de Mello. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>>. Acesso em: maio 2021.

XAVIER, José Roberto. O sistema de direito criminal e a racionalidade penal moderna: ilustrações empíricas de dificuldades cognitivas em matéria de penas. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 18, n. 84, p.271-311, 2010.

ANEXO I - LISTA DE PETIÇÕES ANALISADAS

Título da petição⁶⁷	Link de acesso
#JustiçaporJady	https://www.change.org/p/autoridades-justi%C3%A7aporjady
730 DIAS SEM JULGAMENTO E SEM RESPOSTA DO CASO JEFFERSON ANDERSON FEIJÓ VÍTIMA DO ÓDIO	https://www.change.org/p/730-dias-sem-julgamento-e-sem-resposta-do-caso-jefferson-anderson-feij%C3%B3-v%C3%ADtima-do-%C3%B3dio
ABAIXO A SITES DE ZOOFILIA	https://www.change.org/p/abaixo-a-sites-de-zoofilia
Abaixo assinado para requerer a expulsão do aluno responsável pelos posts racistas	https://www.change.org/p/universidade-cat%C3%B3lica-de-santos-abaixo-assinado-para-requerer-a-expuls%C3%A3o-do-aluno-respons%C3%A1vel-pelos-posts-racistas
Abolição de carroças	https://www.change.org/p/o-poder-p%C3%BAblico-de-machado-mg-aboli%C3%A7%C3%A3o-de-carro%C3%A7as
Abolição pecuária: pelo fim da exploração animal	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-agricultura-aboli%C3%A7%C3%A3o-pecu%C3%A1ria-pelo-fim-da-explora%C3%A7%C3%A3o-animal
ALTERAÇÃO da Lei Maria da Penha. Pelas Vidas das Mulheres!	https://www.change.org/p/altera%C3%A7%C3%A3o-da-lei-maria-da-penha-pelos-direitos-das-mulheres-pelo-fim-do-feminic%C3%ADdio
Animal também é gente, Como a gente!!	https://www.change.org/p/centro-de-controle-de-zoonoses-de-osasco-animal-tamb%C3%A9m-%C3%A9-gente-como-a-gente
Aprove o PLC 27.18 Animal Não é coisa	https://www.change.org/p/congresso-nacional-brasil-basta-de-impunidade-para-quem-maltrata-animais
ASSASSINA DE GATINHOS – MURDER OF KITTENS - AJUDE A DERRUBAR A CONTA E PRENDÊ-LA	https://www.change.org/p/governo-do-chile-assassina-de-gatinhos-murder-of-kittens-ajude-a-derrubar-a-conta-e-prend%C3%A7a-la
ASSASSINATO DA MÉDICA MILENA GOTTARDI- ESPERAMOS JUSTIÇA JÁ. NÃO À IMPUNIDADE	https://www.change.org/p/tribunal-de-justi%C3%A7a-do-esp%C3%ADrito-santo-assassinato-da-m%C3%A9dica-milena-gottardi-esperamos-justi%C3%A7a-j%C3%A1-n%C3%A3o-%C3%A0-impunidade
Assina Petição que aumenta as penas para crimes de maus-tratos e abandono	https://www.change.org/p/assina-peti%C3%A7%C3%A3o-que-aumenta-as-

⁶⁷ Escrito exatamente como nomeado, mesmo com eventuais erros de português. As petições estão dispostas em ordem alfabética.

	exercer-o-direito-para-o-advogado-e-o-juiz-do-caso-mariana-ferrer
Chega de homenagear racistas! Apoie o PL 404/2020	https://www.change.org/p/chega-de-homenagear-racistas-apoie-o-pl-404-2020
Chega de maus tratos animais e ausência de punição por eles!	https://www.change.org/p/os-poderes-executivos-do-nosso-pa%C3%ADs-chega-de-maus-tratos-animais-e-aus%C3%A2ncia-de-puni%C3%A7%C3%A3o-por-eles
Chega de Negligência e Violência Obstétrica no Parto #JustiçaPorMelissa	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-o-p%C3%BAblico-federal-chega-de-neglig%C3%A2ncia-e-viol%C3%A2ncia-obst%C3%A9trica-no-parto-justi%C3%A7aparamelissa
Colégio Lourenço Filho exigimos uma retratação #exposedfortal	https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-louren%C3%A7o-filho-exigimos-uma-retrata%C3%A7%C3%A3o-exposedfortal
Colocar em Prática a Lei Ordinária 3100/2016	https://www.change.org/p/prefeito-de-navegantes-colocar-em-pr%C3%A1tica-a-lei-ordin%C3%A1ria-3100-2016?redirect=false
Condenação aos rinheiros de pitbull de Mairiporã pelos crimes de maus-tratos a animais	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-o-p%C3%BAblico-e-justi%C3%A7a-de-s%C3%A3o-paulo-condena%C3%A7%C3%A3o-aos-rinheiros-de-pitbull-de-mairipor%C3%A3-pelos-crimes-de-maus-tratos-a-animais
CONDENAÇÃO PARA A ACUMULADORA DE GATOS – PONTA GROSSA	https://www.change.org/p/judici%C3%A1rio-da-comarca-de-ponta-grossa-paran%C3%A1-puni%C3%A7%C3%A3o-para-acumuladora-de-gatos-ponta-grossa
CONTRA IMPUNIDADE NA RINHA EM MAIRIPORÃ	https://www.change.org/p/i%C3%B3rum-de-guarulhos-contrainpunidade-na-rinha-em-mairipor%C3%A3
Criação da Delegacia de Defesa Animal em Teófilo Otoni	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-civil-cria%C3%A7%C3%A3o-da-delegacia-de-defesa-animal-em-te%C3%B3filo-otoni-mg
Criação de Lei Municipal contra abandono e maus tratos de animais em Timbó!	https://www.change.org/p/cria%C3%A7%C3%A3o-de-lei-municipal-contrabandonoe-maus-tratos-de-animais-em-timb%C3%B3
Delegacia da Mulher em Olinda, JÁ!	https://www.change.org/p/secretaria-da-mulher-de-olinda-delegacia-da-mulher-em-olinda-j%C3%A1
Delegacia de Proteção Animal em Limeira - SP	https://www.change.org/p/dep-delegado-bruno-lima-delegacia-de-prote%C3%A7%C3%A3o-animal-em-limeira-sp

Demissão do assassino de Josué	https://www.change.org/p/superintend%C3%Aancia-regional-da-pol%C3%ADcia-federal-em-minas-gerais-demiss%C3%A3o-do-assasino-de-josu%C3%A9
Denúncia do Rodrigo Constantino por apologia ao estupro!	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-federal-investiga%C3%A7%C3%A3o-do-rodrigo-constantino-por-apologia-ao-estupro
Denunciar site com conteúdo pornográfico infantil	https://www.change.org/p/safenet-denunciar-site-com-conte%C3%BAdo-pornogr%C3%A1fico-infantil
Derrubar as contas do @linqsy	https://www.change.org/p/instagram-derrubar-as-contas-do-linqsy
DIGA NÃO AOS MAUS TRATOS DE ANIMAIS	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-ambiental-diga-n%C3%A3o-aos-maus-tratos-de-animais
Exigimos justiça para o caso Mariana Ferrer	https://www.change.org/p/supremo-tribunal-federal-exigimos-justi%C3%A7a-para-o-caso-mariana-ferrer
Fim das corridas de cães no Brasil / fim da tortura animal	https://www.change.org/p/ongs-protetores-dos-animais-fim-das-corridas-de-c%C3%A3es-no-brasil-fim-da-tortura-animal
Homem corta focinho de cachorro. Punição para o caso de Novo Aripuanã- AM	https://www.change.org/p/delegado-da-cidade-novo-aripuan%C3%A3-no-amazonas-puni%C3%A7%C3%A3o-para-o-caso-de-novo-aripuan%C3%A3-am
Homem eletrocutou ratinho vivo! Punição já!	https://www.change.org/p/ibama-homem-eletrocuta-ratinho-vivo-puni%C3%A7%C3%A3o-j%C3%A1?redirect=false
Implementação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM Maricá	https://www.change.org/p/policia-civil-do-estado-do-rio-de-janeiro-implementa%C3%A7%C3%A3o-da-delegacia-especializada-de-atendimento-%C3%A0-mulher-deam-maric%C3%A1?redirect=false
JUSTIÇA CSFX	https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-s%C3%A3o-francisco-xavier-justi%C3%A7a-no-csfx
Justiça para a chacina animal no Bairro Goiabal em Além Paraíba - MG	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-para-a-chacina-animal-no-bairro-goibal-em-al%C3%A9m-para%C3%ABa-mg
Justiça para João Manoel	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-para-jo%C3%A3o-manoel
Justiça para Josué	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-para-josu%C3%A9

JUSTIÇA PARA MARI FERRER!	https://www.change.org/p/prefeitura-de-santa-catarina-justi%C3%A7a-por-mari-ferrer
JUSTIÇA PARA MARIANA FERRER	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-mulher-fam%C3%ADlia-e-direitos-humanos-justi%C3%A7a-para-mariana-ferrer
Justiça para o Jefferson: queremos a prisão do agressor que quase tirou sua vida	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-para-o-jefferson-queremos-a-pris%C3%A3o-do-agressor-que-quase-tirou-sua-vida
Justiça para os 50 cães mortos na chacina em Igaracy -Paraíba (exoneração e cadeia)	Petição excluída. ⁶⁸
Justiça para os cães assassinados em Capão Novo, no Rio Grande do Sul	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-do-p%C3%BAblico-justi%C3%A7a-para-os-c%C3%A3es-assassinados-no-rio-grande-do-sul
Justiça pela Belinha	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-justi%C3%A7a-pela-belinha
Justiça pela senhora que foi estuprada e esfaqueada em João Pessoa	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-federal-de-para%C3%ADba-justi%C3%A7a-pela-senhora-que-foi-estuprada-e-esfaqueada-em-jo%C3%A3o-pessoa
JUSTIÇA PELA THAYLANNE	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-pela-thaylanne
Justiça pelas alunas do CLF	https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-luciano-feij%C3%A3o-justi%C3%A7a-pelas-alunas-do-clf?redirect=false
Justiça pelo menino Eduardo! Criança merece respeito, chega de violência!	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-pelo-menino-eduardo-crian%C3%A7a-merece-respeito-chega-de-viol%C3%Aancia
Justiça por Aline! Pena máxima para Cleiton Duda dos Santos	https://www.change.org/p/justi%C3%A7a-criminal-justi%C3%A7a-por-aline-pena-m%C3%A1xima-para-cleiton-duda-dos-santos
JUSTIÇA POR AMBRÓSIO	Petição excluída.
Justiça por Bryan	https://www.change.org/p/todos-podem-ajudar-assinando-compartilhando-e-expressionando-o-minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-para-fazer-justi%C3%A7a-e-prender-o-assassino-justi%C3%A7a-por-bryan
Justiça por Fernanda Rozária	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-do-p%C3%BAblico-do-esp%C3%ADrito

⁶⁸ Algumas petições foram excluídas da plataforma Change.org. Ainda temos o arquivo .pdf com o seu conteúdo, mas o abaixo-assinado não está mais disponível publicamente para visualização e consulta.

	santo-justi%C3%A7a-por-fernanda-roz%C3%A1ria
Justiça por Hulk	https://www.change.org/p/prefeitura-de-po%C3%A7oes-bahia-justi%C3%A7a-por-hulk
Justiça por João Pedro	https://www.change.org/p/pcerj-mp-rj-claudiocastorj-justi%C3%A7a-para-jo%C3%A3o-pedro-justi%C3%A7aporjo%C3%A3opedro
Justiça Por Letícia tanzi!	https://www.change.org/p/senado-justi%C3%A7a-por-let%C3%ADcia-tanzi?source_location=topic_page
JUSTIÇA POR MARIANA FERRER	Petição excluída.
JUSTIÇA POR MARIANA FERRER	https://www.change.org/p/mpsc-justi%C3%A7a-por-mariana-ferrer-067d5e3c-eab3-4a2b-9505-c17c4c883c7d
JUSTIÇA POR MARI FERRER!	https://www.change.org/p/prefeitura-de-santa-catarina-justi%C3%A7a-por-mari-ferrer
Justiça por Mariana Ferrer #JusticaPorMariFerrer	https://www.change.org/p/tribunal-de-justi%C3%A7a-de-sc-justi%C3%A7a-por-mariana-ferrer-justicapormariferrer
Justiça por Mariana Ferrer, queremos ele preso	https://www.change.org/p/stf-justi%C3%A7a-por-mariana-ferrer-queremos-ele-presos
Justiça por Miguel	https://www.change.org/p/tjpe-oficial-mppe-noticias-justi%C3%A7a-por-miguel
JUSTIÇA POR MILLE	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-justi%C3%A7a-por-mille
Justiça por Néia	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-militar-do-estado-do-paran%C3%A1-justi%C3%A7a-por-n%C3%A9ia
Justiça por Rodrigo	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-militar-do-rio-de-janeiro-justi%C3%A7a-por-rodriigo?signed=true
Justiça por Sansão - Cadeia para maus-tratos contra os animais!	https://www.change.org/p/senado-federal-justi%C3%A7a-por-sans%C3%A3o-cadeia-para-maus-tratos-contras-animais
JUSTIÇA POR UM GAROTO DE 11 ANOS QUE ERA MANTIDO EM CÁRCERE PRIVADO	https://www.change.org/p/prefeitura-de-campinas-justi%C3%A7a-por-um-garoto-de-11-anos-que-era-mantido-em-c%C3%A1rcere-privado?recruiter=1140275041
Justiça por Vitória e leis mais severas para crimes praticados contra os animais	https://www.change.org/p/prefeito-de-olinda-professor-lup%C3%A9rcio-e-governador-de-estado-de-pernambuco-paulo-c%C3%A2mara-justi%C3%A7a-para-vit%C3%B3ria-e-por-leis-mais-severas-para-crimes-praticados-contras-animais

	severas-para-crimes-praticados-contra-os-animais
Lei de 2 a 5 anos de cadeia para quem maus-tratar Animais	Petição excluída.
Lei Sansão - Aprova PLC 134 já!	https://www.change.org/p/comiss%C3%A3o-do-meio-ambiente-lei-sans%C3%A3o-aprova-plc134-j%C3%A1
Mandato de cadeia inafiançável a agressores de animais domésticos	https://www.change.org/p/jair-messias-bolsonaro-mandato-de-cadeia-inafian%C3%A7%C3%A1vel-a-agressores-de-animais-dom%C3%A9sticos
Manifesto CONTRA a Zoofilia	Petição excluída.
Meios de comunicação, tratem a violência que mata negros(as) no Brasil como GENOCÍDIO!	https://www.change.org/p/meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-tratem-a-viol%C3%Aancia-que-mata-negros-as-no-brasil-como-genoc%C3%ADdio
Menina Com problema MENTAL sendo ABUSADA sexualmente Por Ex Prefeito #justiçaporclenilisa	https://www.change.org/p/menina-com-problema-mental-sendo-abusada-sexualmente-por-ex-prefeito-justi%C3%A7aporclenilisa
MESMO PROCEDIMENTOS PARA INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIO HUMANO E ANIMAL	https://www.change.org/p/c%C3%A2maras-deputados-mesmos-procedimentos-para-investiga%C3%A7%C3%A3o-de-homic%C3%ADdio-humano-e-animal
MIGUEL SÓ QUERIA SUA MÃE!!!	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-do-p%C3%BAblico-de-recife-pernambuco-miguel-s%C3%B3-queria-sua-m%C3%A3e
Mulher usa furadeira em genital de filhote, ELA TEM QUE PAGAR!!!	https://www.change.org/p/poder-p%C3%BAblico-mulher-usa-furadeira-em-genital-de-filhote-ela-tem-que-pagar
Não queremos vídeos com maus-tratos aos animais no Tik Tok!	https://www.change.org/p/tik-tok-n%C3%A3o-queremos-v%C3%ADdeos-com-maus-tratos-aos-animais-no-tik-tok
Nota das Gestoras Públicas de Políticas para as Mulheres do Nordeste sobre Feminicídio	https://www.change.org/p/congresso-nacional-nota-das-gestoras-p%C3%BAblicas-de-pol%C3%ADticas-para-as-mulheres-do-nordeste-sobre-feminic%C3%ADdio
NOTA DE REPÚDIO POR ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL	Petição excluída.
Nova Lei de Gerson - Responsabilização dos clubes em casos de racismo e injúria racial	https://www.change.org/p/nova-lei-de-gerson-responsabiliza%C3%A7%C3%A3o-dos-clubes-em-casos-de-racismo-e-inj%C3%BAria-racial
O povo exige que justiça seja feita no caso do homem que agrediu cachorrinho	https://www.change.org/p/juiz-de-itaperu%C3%A7u-pr-o-povo-exige-que-a-justi%C3%A7a-seja-feita-no-caso-do-homem-que-agrediu-cachorrinho

Onde está Cadu	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-militar-de-s%C3%A3o-paulo-onde-est%C3%A1-cadu
PEDIDO DE ALTERAÇÃO NA LEI DE CRIMES SEXUAIS CONTRA MULHER – CASO MARIANA FERRER	https://www.change.org/p/congresso-nacional-pedido-de-altera%C3%A7%C3%A3o-na-lei-de-crime-sexuais-contramulher-caso-mariana-ferrer-557306d5-f2fb-4a50-952a-f535f7434270
Pedido de cassação do mandato de Fernando Cury que assediou a deputada Isa Penna	https://www.change.org/p/pedido-de-cassa%C3%A7%C3%A3o-do-mandato-de-fernando-cury-que-assediou-a-deputada-isa-penna
Pedido de Investigação Policial para apreensão de agressores de animais em Pirenópolis	https://www.change.org/p/prefeitura-de-pirenopolis-pedido-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-policial-para-apreens%C3%A3o-de-agressores-de-animais-em-piren%C3%B3polis
Pela demissão e prisão dos policiais militares que agrediram uma mulher em Parelheiros, SP	https://www.change.org/p/governadoria-do-estado-de-s%C3%A3o-paulo-pol%C3%ADcia-militar-pela-demiss%C3%A3o-e-pris%C3%A3o-dos-policiais-militares-que-agrediram-uma-mulher-em-parcelheiros-sp
Pela prisão do zoófilo estuprador da cadelinha em Cuiabá	https://www.change.org/p/www-policia-civil-mt-gov-br-pela-pris%C3%A3o-do-zo%C3%B3filo-estuprador-da-cadelinha-em-cuiab%C3%A1
Pela punição severa aos responsáveis por jogar um cavalo pela ponte em Pernambuco	https://www.change.org/p/governador-de-pernambuco-pela-puni%C3%A7%C3%A3o-severa-aos-respons%C3%A1veis-por-jogar-um-cavalo-pela-ponte-em-pernambuco-61e88af0-5e9b-4203-a885-b3f294cdf170?redirect=false
Pelo afastamento dos professores do Antares acusados de assédio	https://www.change.org/p/col%C3%A9gio-antares-pelo-afastamento-dos-professores-do-antares-acusados-de-ass%C3%A9dio
Pelo Fim da Violência Sexual no Santo Daime	https://www.change.org/p/iceflu-pelo-fim-da-viol%C3%AÂncia-sexual-no-santo-daime
Polícia Federal NÃO PARE de investigar o tráfico de animais silvestres!	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-federal-n%C3%A3o-pare-de-investigar-o-tr%C3%A1fico-de-animais-silvestres
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ANIMAIS DE RUA DE CAIEIRAS – SP - Brasil	https://www.change.org/p/pol%C3%ADtica-s-p%C3%BAblicas-para-os-animais-de-rua-de-caieiras
Por um botão no facebook para denúncias de maus tratos e violência contra os animais	https://www.change.org/p/por-um-bot%C3%A3o-no-facebook-para-den%C3%BAncia-de-maus-tratos-e-viol%C3%AÂncia-contranimais

Por uma delegacia de proteção aos animais em Recife!	https://www.change.org/p/por-uma-delegacia-de-prote%C3%A7%C3%A3o-aos-animais-em-recife
Por uma delegacia do animal em Poços de Caldas MG	https://www.change.org/p/c%C3%A2mara-municipal-e-assembleia-legislativa-por-uma-delegacia-do-animal-em-po%C3%A7os-de-caldas-mg?fbclid=IwAR3IWotLQPCBDIt0QX6ryaQPdbfTSBH1qcDof_f1M4gBSCSp1cZG7a1QAXQ
Presidente Bolsonaro, sancione o PL 1095/2019 - aumento da pena de maus tratos em animais!	https://www.change.org/p/assine-para-que-o-presidente-bolsonaro-sancione-o-projeto-de-lei-aprovada-na-c%C3%A2mara-e-senado-para-o-aumento-da-pena-para-quem-pratica-maus-tratos-em-animais
Presidente, sancione o PL 1095/19 - CADEIA PARAMAUS-TRATOS AOS ANIMAIS!	https://www.change.org/p/presidente-do-brasil-presidente-sancione-o-pl1095-19-cadeia-para-maus-tratos-aos-animais
Prisão IMEDIATA para o racista que humilhou um entregador em Valinhos-SP	https://www.change.org/p/pris%C3%A3o-imediata-para-o-racista-que-humilhou-um-entregador-em-valinhos-sp
PRISÃO PARA O CASAL MARIAH CORAZZA ÜSTÜNDAG e DORA ÜSTÜNDAG	https://www.change.org/p/pol%C3%ADcia-federal-pris%C3%A3o-pro-casal-mariah-corazza-%C3%BCst%C3%BCndag-e-dora-%C3%BCst%C3%BCndag
Prisão para o homem que matou a cadela Belinha em Sapucaia do Sul	https://www.change.org/p/pris%C3%A3o-para-o-homem-que-matou-a-cadela-belinha-em-sapucaia-do-sul
Prisão para PMs que agrediram jovem negro que foi trocar relógio no RJ	https://www.change.org/p/pris%C3%A3o-para-pms-que-agrediram-jovem-negro-que-foi-trocar-rel%C3%B3gio-no-rj
Prisão sem fiança e progressão para feminicídio	https://www.change.org/p/congresso-nacional-pris%C3%A3o-sem-fian%C3%A7a-e-progress%C3%A3o-para-feminic%C3%ADdio
Processo contra Porta Fidei e Sara Winter por divulgarem dados de criança grávida aos 10	https://www.change.org/p/processo-contra-porta-fidei-e-sara-winter-por-divulgarem-dados-de-crian%C3%A7a-gr%C3%A1vida-aos-10
PROIBIR O SACRIFICIO EM RELIGIÕES E CEITAS	https://www.change.org/p/jair-messias-bolsonaro-proibir-sacrificio-de-animais-em-religi%C3%B5es-e-ceitas
Proteção das crianças	https://www.change.org/p/presidente-da-c%C3%A2mara-e-do-senado-federal-prote%C3%A7%C3%A3o-das-crian%C3%A7as
PSD tome providências acerca do vereador da Bahia que agrediu sua filha	https://www.change.org/p/partido-social-democr%C3%A1tico-psd-tome

	providencias-a-cerca-do-vereador-da-bahia-que-agrediu-a-filha
Punição à empresa Bombril S.A. pelos atos criminosos de racismo contra as pessoas pretas	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-da-mulher-da-fam%C3%ADlia-e-dos-direitos-humanos-puni%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-empresa-bombril-s-a-pelos-atos-criminosos-de-racismo-contra-as-pessoas-pretas-76256aca-657d-488b-bc96-73f2437ab6b0
Punição severa para quem maltrata animais. Judiou de bicho, não pode ter outro!	https://www.change.org/p/puni%C3%A7%C3%A3o-severa-para-quem-maltrata-animais-quem-bate-em-bicho-n%C3%A3o-pode-ter-outro-para-judiar-assine-e-defenda-todos-os-animais-de-agress%C3%B5es?redirect=false
Queremos Delegacia de Proteção aos Animais no Rio de Janeiro JÁ!	https://www.change.org/p/queremos-delegacia-de-prote%C3%A7%C3%A3o-aos-animais-no-rio-de-janeiro-j%C3%A1
Queremos hospital público para animais e Delegacia Eletrônica de Proteção Animal!!!!	https://www.change.org/p/hospital-p%C3%BAblico-para-animais-e-delegacia-eletr%C3%B4nica-de-prote%C3%A7%C3%A3o-animal-sa%C3%BAde-%C3%A9-direito-de-todos-n%C3%B3s-humanos-e-animais-verbas-h%C3%A1-precisamos-combater-a-corrup%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-preciso-punir-quem-maltrata-os-animais
Queremos investigação e punição para policiais militares que cometeram agressões em SP	https://www.change.org/p/queremos-investiga%C3%A7%C3%A3o-e-puni%C3%A7%C3%A3o-para-policiais-militares-que-cometeram-agress%C3%B5es-em-sp
Queremos uma delegacia da mulher e uma vara de violência doméstica em Paulínia - SP!	https://www.change.org/p/queremos-uma-delegacia-da-mulher-e-uma-vara-especializada-em-viol%C3%AÂncia-dom%C3%A9stica-em-paul%C3%ADnia
Queremos uma resposta do sistema judiciário do RN_ quem matou Gabriel_	https://www.change.org/p/nos-ajude-a-ter-uma-resposta-do-sistema-judici%C3%A1rio-do-rio-grande-do-norte-quem-matou-gabriel
RACISMO NA UNIP	https://www.change.org/p/unip-racismo-na-unip
Racismo no Esporte Clube Pinheiros! Que os envolvidos sejam demitidos!	https://www.change.org/p/racismo-no-esporte-clube-pinheiros-que-os-envolvidos-sejam-demitidos
Remoção do cargo de juiz de Rudson Marcos que emitiu um veredicto de estupro culposos	https://www.change.org/p/cnj-remo%C3%A7%C3%A3o-do-cargo-de-juiz-de-rudson-marcos-que-emitiu-um-veredicto-de-estupro-culposos

Retirem as estátuas racistas da Cidade de São Paulo!	https://www.change.org/p/prefeito-retire-as-est%C3%A1tuas-racistas-da-cidade-de-s%C3%A3o-paulo
Sanciona PL 1.095	https://www.change.org/p/sr-presidente-jair-bolsonaro-sanciona-pl-1-095
Sanciona Bolsonaro a lei Cadeia para quem maltrata animais! PL 1.095/20	https://www.change.org/p/senado-federal-cadeia-para-quem-maltrata-animais-aprovem-a-pl-1095-2019
Sara Fernanda Giromini Na Cadeia.	https://www.change.org/p/rodrigo-parente-paiva-sara-fernanda-giromini-na-cadeia
SP: pelo aumento da pena para crimes de maus tratos e abandono de animais.	https://www.change.org/p/senado-federal-sp-pelo-aumento-da-pena-para-crimes-de-maus-tratos-e-abandono-de-animais
STF, criminalize a homofobia! Chega de mortes e violência!	https://www.change.org/p/stf-criminalize-a-homofobia-chega-de-mortes-e-viol%C3%Aancia
Supermercados Ricoy – queremos indenização ao jovem negro torturado por seguranças	https://www.change.org/p/supermercados-ricoy-supermercado-ricoy-queremos-indeniza%C3%A7%C3%A3o-ao-jovem-negro-torturado-por-seguran%C3%A7as
Thiago Demarco e Willian Larrea na cadeia urgente!!! Justiça para Wesner Silva	https://www.change.org/p/minist%C3%A9rio-p%C3%BAblico-campo-grande-ms-thiago-demarco-e-willian-larrea-na-cadeia-urgente-justi%C3%A7a-para-wesner-silva
Todos contra os sites de zoofilia do Brasil!! Além de cruel é CRIMINOSO!	https://www.change.org/p/supremo-tribunal-federal-todos-contra-os-sites-de-zoofilia-do-brasil-al%C3%A9m-de-cruel-%C3%A9-criminoso
UNIVERSIDADE UNIFOR – ENSINANDO E NÃO APRENDENDO	https://www.change.org/p/unifor-ensinando-e-n%C3%A3o-aprendendo-exigimos-o-fim-do-massacre-de-gatos-dentro-do-campus
URGENTE! Queremos proteção para as mulheres de Lençóis Paulista!!	Petição excluída.
Vaquejada é torturada, não é cultura!	https://www.change.org/p/vaquejada-%C3%A9-tortura-n%C3%A3o-%C3%A9-cultura
Vidas Trans Importam: Justiça pela barbárie contra Cibelly do Pará	https://www.change.org/p/vidas-trans-importam-justi%C3%A7a-pela-barb%C3%A1rie-contra-cibelly-do-par%C3%A1
Youtube bana o PC Siqueira rápido!	https://www.change.org/p/youtube-youtube-bana-o-pc-siqueira-r%C3%A1pido?redirect=false